

# Revolução



**Com Otelo  
é o 25 de Abril  
que os fascistas  
querem prender**



VICTOR MANUEL DIAS RAMOS

**MORREU O JOÃO  
MILITANTE  
DA CLASSE  
OPERÁRIA**

**PARTIDO REVOLUCIONÁRIO DO PROLETARIADO**

# PARTICIPAÇÃO DOS LEITORES

## ESTE GOVERNO NÃO RESOLVERÁ ABSOLUTAMENTE NADA

Escrevo a propósito das notícias difundidas na emissora governamental, sobre o plenário de agricultores realizado em Braga. Segundo o noticiário, estariam reunidos agricultores milhares de agricultores que teriam aprovado um «ultimatum» ao governo, embora prorrogando o prazo de aceitação como prova de benevolência do governo de Pinheiro de Azevedo.

Tudo isto muito bem; os agricultores manifestam-se, os trabalhadores rurais manifestam-se — é a luta de classes e esta não tem paizinhos protectores...

Vem este intróito à cerca das declarações proferidas aos microfones por um dos responsáveis do referido encontro, que me merecem alguns considerandos que acho perniciosos e desejaria, já agora, que pudessem chegar ao conhecimento e aplaudiram tão «progressivas» propostas.

Segundo consta, o referido encontro caracterizou-se por um ataque cerrado ao P.C.P. Não vejo nisso qualquer inconveniente: todos os que o desejarem têm direito de criticar o P.C.P. Eu também o faço. Duramente e como comunista, sinto-me no direito de criticar seja o que for, inclusivé a mim mesmo e exigir a verdade, porque entendo que só a verdade é revolucionária.

Estou aqui a ver o desapontamento dos promotores do encontro de Braga, que esperavam

um palavreado de cariz anti-comunista, tipo comício eleitoral, a que todos estamos tão habituados. Nada disso, não tenho vocação para aproveitamento demagógico — ao serviço de interesses de classe — da despolitização de largos sectores rurais e não só.

Mas passemos ao ponto principal. Disse o senhor entrevistado que a questão da reforma agrária não podia ser apreciada somente segundo os moldes dos países de Leste, que também se pode considerar a reforma agrária processada naquilo a que se chama Ocidente. Falou da agricultura de grupo (isto de grupo tem algo de progressivo e até cheira a socialismo). E muito natural que tais palavras tenham levado ao rubro o entusiasmo dos pequenos agricultores, que já sonham neste momento com a resolução dos seculares problemas da lavoura...

Na realidade, o que os demagogos dizem e o que a prática ensina é bem diferente... neste caso cruelmente para os pequenos agricultores.

Isto não invalida um facto: é que a reforma agrária aqui nada tem a ver com a da U.R.S.S. de Cuba ou Vietnam. Até aqui, em parte, poderia dar o meu aval ao entrevistado, só que as minhas análises vão mais longe para ver o que se esconde por detrás das palavras, aquilo que defende de uma maneira mais ou menos camuflada: concluo que defende

e muito pouco discretamente a continuação das estruturas capitalistas através de um aparelho de Estado receptivo a tais propostas.

Mais, quem fala assim procura na realidade o livre mercado; ou seja a liberdade da livre concorrência, o que quer dizer também a livre especulação. Claro que a livre concorrência só é «livre» para alguns — sabem-no perfeitamente os seus apologistas — que a luta se processa entre os de maior capacidade económica: entre os maiores proprietários. Neste caso ganham os grandes pela sistemática destruição dos pequenos proprietários de menor capacidade e a natural absorção do pequeno proprietário rural. Não há maneira de fugir a isto dentro do sistema capitalista, quer dizer, dentro da «livre» concorrência.

Contra esta realidade, bem material e histórica, é inútil a oposição de um anti-comunismo primário com base na burocracia dos países de Leste, ou na «injecção atrás da orelha». Com maior ou menor demagogia a marcha dos pequenos proprietários será inexoravelmente a sua transformação em assalariados rurais ou proletarização.

Não venham igualmente falar do Estado como órgão regularizador das tensões sociais. Sabe-se perfeitamente que a mais «democrática» das repúblicas da livre competição, ou seja da livre exploração, em si-

tuções históricas em que a luta de classes se agudiza pondo em risco o Poder de Estado, este mostra a sua verdadeira cara: uma feroz ditadura da burguesia, pronta a defender com fúria os seus interesses de classes.

Qualquer argumento dos partidos burgueses contra esta verdade, não tem outra finalidade que inculcar nas massas trabalhadoras os seus conceitos de «democracia» e do Estado acima das classes.

Não vejo assim como

é que o «estado» irá resolver os problemas dos «pequenos», dos «médios» e dos «grandes camponeses». Como não vejo, acredito que não se resolverá absolutamente nada.

Não resolver é já por si uma opção; opção essa que só pode ser no mínimo manter o «status quo», que significa muito simplesmente a existência dos intermediários grandes proprietários, todos os grandes deste país.

Um leitor.

Porto-Voz do PARTIDO REVOLUCIONÁRIO DO PROLETARIADO



# Revolução

### PARTIDO REVOLUCIONÁRIO DO PROLETARIADO SEDES

SEDE CENTRAL — Rua Castilho n.º 70, Lisboa  
Tel. 573520/573640/573717/573670

JORNAL «REVOLUÇÃO» — Rua Castilho n.º 70, Lisboa  
Tel. 573520/573640/573717/573670

#### ORG. REGIONAL DO NORTE

PORTO — Rua Álvares Cabral, 110  
Tel. 315735/315786

VIANA DO CASTELO — Rua de Altamira, 102 Tel. 24320

#### ORG. REGIONAL DO CENTRO

COIMBRA — Rua Eça de Queirós, n.º 33  
MARINHA GRANDE — Rua Marques de Pombal, n.º 85  
ARGEA — Tel. 92169

COVILHÃ — Rua Visconde da Corcáda, n.º 60  
CASTELO BRANCO — Alameda da Liberdade, n.º 16  
S. JOÃO DA MADEIRA — Rua Jaime Afreixo, n.º 142

#### ORG. REGIONAL DE LISBOA

LISBOA — Av. da República, n.º 40  
ALGÉS — Rua Victor Duarte Pedroso, n. 15 — Algés de Cima  
Tel. 2100337  
PAREDE — Rua Gomes Freire de Andrade, 1 Tel. 2474142

SACAVEM — Largo 5 de Outubro, n.º 16-17 Tel. 2512907  
AMADORA — Rua Gonçalves Ramos, n.º 40 Tel. 393925

#### ORG. REGIONAL DA MARGEM SUL

SETUBAL — Rua Jorge de Sousa (Colégio Frei Agostinho da Cruz)  
BARREIRO — Rua dr. Eusébio Leão, n.º 31 Tel. 2076745  
LAVRADIO — Rua dr. José Carcano Lobo, n.º 12

COVA DA PIEDADE — Estrada Nacional, n.º 10 Tel. 2763267 / 2763397/2763122  
QUINTA DA LOMBA — Praça Francisco Xavier  
SINES — Rua Marques de Pombal, n.º 86

#### ORG. REGIONAL DOS ALENTEJOS

EVORA — Largo do Chão das Covas, n.º 21 Tel. 24898

BEJA — Rua Alexandre Herculano, n.º 29 Tel. 24594

#### ORG. REGIONAL DO ALGARVE

FARO — Rua Dr. Candido Guerreiro, 35 Tel. 24107  
LOULE — Av. José da Costa Mea-lha, n.º 39-1.ª Tel. 63043  
PORTIMÃO — Rua 5 de Outubro, 17

OLHÃO — Rua 18 de Junho, n.º 54-B-C  
FERRAGUDO — Rua 1.ª de Maio

#### UNIVERSIDADE PROLETÁRIA

LISBOA — Av. 5 de Outubro Tel. 770017

## Assinatura

Queiram considerar-me assinante na modalidade abaixo assinalada:

NOME .....  
MORADA .....  
LOCALIDADE .....  
PROFISSÃO .....

ASSINATURA: Semestral — 90\$00  
— 185\$00

#### Estrangeiro

ASSINATURA: Semanal — 300\$00  
Anual — 600\$00

PAGAMENTO: Em cheque  
Em vale

## COMISSÕES DE LUTA

# Uma forma de organização dos soldados

O golpe reaccionário do 25 de Novembro teve como principal função aniquilar um dos aliados da classe operária e das massas populares com a organização dos soldados e dos oficiais revolucionários.

A burguesia sabe bem que não pode reconstruir o seu aparelho de exploração, num País como o nosso, em que a crise mundial do sistema capitalista teve uma incidência enorme, sem recorrer a uma fortíssima repressão sobre os trabalhadores. Essa repressão, se bem que possa ter como ponta de lança as forças paramilitares (GNR, PSP e pouco não faltará para que haja uma nova Pide) terá sempre que assentar sobre alicerces mais fortes que têm forçosamente que ser umas Forças Armadas que tal como bons cães de guarda, sejam dóceis e obedientes em relação aos seus chefes e brutais em relação aos inimigos dos mesmos — todos os explorados e oprimidos.

## A «INDISCIPLINA»

A classe dos patrões e os seus lacaios sabiam que as Forças Armadas de que dispunham antes do 25 de Novembro, apesar de terem ainda a estrutura do Exército burguês, não lhes serviam, pois estavam «viciadas», «indisciplinadas» como eles diziam na imprensa, para enfiarem poeira pelos olhos do Povo dentro. Nós, soldados, sabíamos o que é que essa canalha queria dizer com isso de «indisciplinados» — queriam dizer que os soldados não aceitavam mais serem simplesmente a «carne para canhão», os criados maltratados dos senhores oficiais, os opressores da sua própria classe, da classe trabalhadora. A burguesia sabia tão bem como nós que a luta de

classes tinha «contaminado» os quartéis, que milhares de soldados tinham tomado consciência de que o inimigo não era tudo aquilo que não tinha um uniforme igual ao nosso, ou cuja pele era mais escura, mas sim um sistema de exploração que os tentava usar como peças de uma máquina repressiva.

«A «indisciplina» a que a canalha militarista se referia era o facto de nós não obedecermos cegamente às suas ordens, por termos ganho o direito (não em todas as unidades) de as discutirmos e de nos recusarmos a cumpri-las se as considerássemos erradas; eram os plenários apelidados «selvagens», era, enfim, o direito que tínhamos conquistado pela luta de pensamentos, e nos organizamos.

Em cada recruta que entrou depois do 25 de Abril de 1974 a burguesia militar depositou esperanças de que fossemos mais «puros» mais «disciplinados» do que os que já lá estavam. O tiro saiu-lhes sempre pela culatra, pois, pelo contrário, os recrutas, estiveram na base de muitas lutas importantes.

Vendo que não conseguíamos «amansar» os trabalhadores fardados, os senhores generais burgueses mudaram de tática. Assim começam, ainda antes do 25 de Novembro e depois na entrada do VI Governo, a aparecer indícios de que eles tinham como meta uma semiprofissionalização dos F. A. Os turnos (4.º 73; 1.º, 2.º, 3.º de 74) são passados no espaço de escassos meses à disponibilidade, ao mesmo tempo que eram contratados para os Comandos 5 companhias de mercenários. Mas, por muito que «eles» fizessem, não conseguiram destruir a organização dos soldados que já existia, nem impedir que nos organizássemos melhor.

Os SUV desenvolviam-se, as comissões

de soldados, se bem que em certos casos com pouca representatividade efectiva, apareciam em quase todas as unidades da R. M. L. e em algumas unidades além de algumas lutas exemplares como a do CICAP-RASP que fizeram estremecer pela raiz toda a estrutura já em decomposição, do Exército burguês.

## SANEAMENTO DE REVOLUCIONÁRIOS

O golpe era uma necessidade para a burguesia. Ela conseguiu fazê-lo devido à insuficiência da organização dos trabalhadores e dos soldados assim como ao recuo de certas forças que se intitulam da classe operária, mas que preferem trair a nossa classe para poderem manter uns lugaritos no Governo da burguesia e tentarem eliminar o que eles gostam de chamar «esquerdistas».

Depois do 25 de Novembro, os saneamentos tomaram proporções escandalosas. Militares revolucionários e progressistas, estão na prisão com o rótulo de «contra-revolucionários». A repressão volta de novo aos quartéis que não foram desactivados, ou que não se enchem já de mercenários (caso da P. M.).

Mas, camaradas onde quer que haja repressão haverá mais tarde ou mais cedo, luta e organização. É assim que os militares desmobilizados ou passados a licença registada do R. P. M. encontram rapidamente uma nova forma de organização, que lhes permite manter os contactos entre si e encetar novamente a luta: a Comissão de Luta.

Através desta forma de organização estas camaradas têm desenvolvido (desde o princípio de Dezembro) um trabalho importante denunciando prontamente as mentiras

e calúnias feitas aos soldados da R.P.L. nos órgãos de informação, (até à altura em que escrevemos este artigo já foram produzidos 5) os primeiros dos quais foram publicados em alguns jornais. Ultimamente a censura que começa

a existir em todos os órgãos de Informação tem impedido (tanto quanto sabemos) que os comunicados da Comissão de Luta do R. P. M. sejam publicados nos jornais diários e semanários com maior circulação.

Através destes comunicados, a C. L. R. P. M. tem também tomado posição em relação à prática política burguesa e fascizante do VI Governo e do poder militar fascista, principalmente na-

Continua na pág. 15

## COMUNICADO DO NÚCLEO DOS SUV DO Q.G. DO PORTO

### A REPRESSÃO É UMA REALIDADE

O Exército reorganiza-se como força repressiva. Depois de falhada a tentativa do corpo de mercenários do AMI, é a vez da P.M. contratar mercenários a mais de cinco contos por mes, enquanto se fala da ruína do País, e nos pagam a nós soldados, vinte vezes menos (250\$00).

São saneados militares progressistas (caso do capitão Boaventura e do fuzil Fonseca), mas são reintegrados oficiais saneados (os antigos comandantes do CICAP e do RIB e o coronel Santos Júnior).

Foram extintas as Assembleias de Delegados de Unidade e perseguidas as Comissões de Soldados existentes, para que os soldados não possam fazer ouvir as suas reclamações nem discutir o que se passa nos seus quartéis.

Surge de novo a separação de classes nos bares e refeitórios, e no jantar de Natal do Q.G. nenhum oficial do comando veio confraternizar com os soldados de serviço.

Os advogados dos militares progressistas detidos em Custóias, e os familiares dos presos, não são atendidos pelo Comando da Região nem pela Comissão de Inquérito ao 25 de Novembro. Há que calar todas as vozes discordantes... Lembra-nos tempos que gostaríamos esquecer.

### A EXPLORAÇÃO CONTINUA

Nós soldados, continuamos com o mesmo pré de miséria e pagamos tanto nos transportes como os senhores oficiais que ganham para cima de uma dúzia de contos por mes, sem nada produzirem. Mas que espantarmo-nos se apesar das dificuldades do País, e dos ordenados chorudos dos oficiais, estes mantem o privilégio da gasolina e das peças mais baratas? Para que espantarmo-nos, se Pires Veloso se passeia em helicópteros cuja manutenção custa contos de reis por hora ao Povo português? Para que espantarmo-nos quando Jaime Neves vai ao teatro com as suas dispendiosas Chiamites? Para que espantarmo-nos se continuam a fazer os nossos serviços qualquer que seja o tempo que faça, se os oficiais se recolhem nos gabinetes com aquecedores e rádios? Para que, espantarmo-nos com a ausência diária de Veloso ao almoço se a comida é realmente tão boa como dizem?

**CAMARADAS:** Se não reagirmos, o que nos espera? Trabalhadores explorados na vida civil, trabalhadores-fardados duplamente explorados na vida militar, que os reaccionários e fascistas, civis e militares, querem transformar em carrascos dos trabalhadores.

### MAS A NOSSA RESPOSTA É FIRME:

SOLDADOS SEMPRE, SEMPRE AO LADO DO POVO!

ABAIXO O PRÉ DE MISÉRIA!

TRANSPORTES GRATUITOS, JÁ!

EIM AO EXÉRCITO DA BURGUESIA!

OPERÁRIOS E CAMPONESES, SOLDADOS E MARINHEIROS, UNIDOS VENCEREMOS!

Núcleo SUV, Q.G. do Porto  
16/1/76

# Comunicado sobre o relatório preliminar do 25 de Novembro

Perante o «Relatório Preliminar do 25 de Novembro» tem o PRP a dizer, antes de tudo que considera como uma provocação, o tratamento de PRP-BR que lhe é dado ao longo do texto, visto que há meses que estas duas organizações se encontram desligadas e têm as duas uma estrutura orgânica distinta, que não só não é compreendida pelas cabeças estreitas de mediocres candidatos a políticos. Quanto às acusações concretas que nos são feitas temos a declarar:

1. Que se desconhece neste partido a existência de um racial cedido pelo R.P.M. ou de qualquer outro posto emissor-receptor, pelo que se convida a Comissão de Inquérito a apreheitar provas da posse por parte deste partido do aparelho de que fala o texto.

2. Convida-se igualmente a Comissão de Inquérito a apresentar provas de que houve um «desvio de G-3» para o PRP, quando é sabido que o capitão Fernandes fez entrega dessas armas a «operários e camponeses» de acordo com as suas próprias declarações.

3. Só num aspecto o relatório é verdadeiro: «papel da firma de construção civil Xavier de Lima na rede de rádio do PRP-BR». Mas com um pequeno erro de data — é que esta rede não foi usada no 25 de Novembro, mas sim no 11 de Março (do que temos provas). De modo perguntamos a investigação sobre o 25 de Novembro ou sobre o 11 de Março? E sendo sobre o 11 de Março, o que é que se procura investigar: os reaccionários que fizeram o golpe ou os revolucionários que dele se defenderam? É decerto estes últimos que neste momento e em atitude de revanche procuram investigar, visto que essa rede de rádio foi realmente usada nas mo-

vimentações de combate aos fascistas, no 11 de Março.

4. Quanto ao clima criado pela palavra de ordem «Insurreição Armada» lançada pelo PRP, considera este partido que é a única opção que poderá impedir a guerra civil ou o fascismo, tal como foi explicado em publicações e comícios. Tal como se explicou também várias vezes e detalhadamente, a insurreição armada é o contrário do golpe militar. Só reaccionários e fascistas poderão tirar conclusões caluniadoras desta posição. Outros o fizeram ao Partido Bolchevique, em 1917, acusando Lenine de traição à pátria e de conspiração com os alemães, quando aquele partido apelou à insurreição armada, antes do triunfo da revolução.

A avaliar pela veracidade destas afirmações, calculamos a veracidade de todas as outras que são feitas e dizem respeito a organizações e unidades. Mas o que nos ressalta no conjunto do relatório, muito mais do que os detalhes, é o seu carácter de peça política de direita, elaborada com o fim de destruir as forças de esquerda e as conquistas dos trabalhadores, e reimplantar o capitalismo em Portugal.

Ao longo do relatório não encontramos a descrição de qualquer golpe de esquerda. A inexistência nessa data de um comando militar de esquerda bem o prova e os autores do relatório vêm-se obrigados a explicar isso com desculpas que só enganam quem quer ser enganado. Quando declaram referindo-se ao suposto golpe **que o chefe ou chefes militares não estariam claramente definidos e que sem comando único a acção concertada teria necessariamente de ressentir-se** põem-se na situação de se lhes perguntar: quem é que acredita que a esquer-

da militar seria tão estúpida e tão incapaz que faria um golpe sem chefes e sem comando? Com esta afirmação desmascaram-se.

Este relatório não é a descrição de um golpe de esquerda porque o único que existiu foi de direita. Este relatório limita-se a fazer a história das unidades militares desde o 25 de Abril considerando criminosa toda a actividade de colaboração com os organismos eleitos pelos trabalhadores, tudo aquilo que foi revolucionário, tudo aquilo que foi ligação Povo-M.F.A. Enfim, este relatório coloca-se do lado da direita, do capitalismo, dos exploradores. Considera hoje crime tudo o que no passado foi considerado legal, legítimo, revolucionário.

Mas ficam por explicar os verdadeiros acontecimentos do golpe de 25 de Novembro:

1. Porque é que há a 24 a movimentação de 25 000 agrários em Rio Maior e as barragens ao norte de Lisboa?

2. Porque é que o Regimento de Comandos atacou a RM?

3. Porque é que o R.C. de Santa-rém ocupa Beirolas?

4. Porque é que o R.C. de Estremoz avança sobre Setúbal?

qqq5. Porque é que as unidades de Centro e Norte se prepararam para avançar sobre Lisboa?

São estas as respostas que ficam por dar neste relatório, o que é natural, visto que ele se situa ao lado oposto ao dos trabalhadores, do lado posto aos que fizeram o 25 de Abril para acabar com a exploração. Situa-se enfim do lado dos que fizeram o golpe reaccionário do 25 de Novembro e que hoje avançam passo a passo na reinstauração do fascismo. Este relatório visa como é natural o aniquilamento da esquerda. Procura justificar as prisões dos militares revolucionários, procura razões para a prisão de Otelo e para todos os actos fascistas que serão feitos daqui em diante.

Lisboa, 20/1/1976

P'LO SECRETARIADO POLÍTICO DO RPR

## PELA APLICAÇÃO DAS 40 HORAS

De alguns tempos para cá, tem-se ouvido insistentemente falar nas tentativas que o Governo está a fazer para levar à prática a obrigatoriedade do horário nacional das 40 horas.

Os trabalhadores, bem sabem o que lhes tem custado ao longo dos tempos a redução do horário de trabalho, quantas lutas tiveram que travar contra a burguesia, contra o patronato (já muito antes do 25 de Abril, se lutou pela redução do Horário Nacional de Trabalho).

Não é por acaso que os empregados de escritório, os empregados bancários, trabalham 40 horas, ou menos, por semana, ao mesmo tempo que nas fábricas e nos campos o tempo de trabalho semanal é superior. O poder burguês precisa de aliados, precisa de uma base social de apoio.

Mas nenhuma das «brilhantes ideias» do actual Poder, vêm por acaso nem são desenquadradas de um contexto político em que se vive. A ideia do estabelecimento do horário nacional de 45 horas vem na sucessão do aumento de preços, do congelamento de salários, (apesar da linha «socialista e pluralista» já falar em revisão de salários lá para Março ou Abril, altura das eleições; VEM TAMBÉM NA

SUCESSÃO DÁ ACTUAÇÃO DA G. N. R. e da P. S. P. perante manifestações populares e das provocações com aparatos bélicos por parte das mesmas forças, com uma boa ajuda dos «comandos». A burguesia precisa de reprimir e de impôr ao proletariado um verdadeiro aumento de produtividade.

Agora, sim, todos eles se sentem mais à vontade para falar em mais trabalho menos dinheiro, aumentos de preços. Tudo isto deriva da correlação de forças a nível político-militar.

A burguesia sente-se com força para se pronunciar, mas os trabalhadores não perderam nem de perto nem de longe, a sua capacidade organizativa, o seu poder de resposta. Perante tudo isto, os trabalhadores não ficaram parados, não se deixam intimidar. Têm uma resposta organizada para dar à burguesia: comissões de trabalhadores e de moradores, conselhos de aldeia, eleitos pelos próprios trabalhadores e revogáveis a qualquer momento, que têm por função fazer funcionar a organização e numa última fase, exercer o Poder.

### O CONTROLE PARTIDÁRIO

Há no entanto, problemas para os quais os trabalhadores têm de estar

### COMÍCIOS NO ALGARVE

#### Sessão de esclarecimento em Almancil

Integrado nos comícios e sessões de esclarecimento promovido pelo PRP em todo o país, efectuou-se no passado dia 9-1-76, em Almancil (Algarve), uma dessas sessões, que contou com a presença de algumas dezenas de trabalhadores de diversos sectores.

Na mesa encontravam-se tres camaradas trabalhadores, começando por abrir a sessão um dos camaradas (Ernesto) que apresentou os camaradas aos presentes e seguidamente historiou a vida do partido e das Brigadas Revolu-

cionárias.

Seguiu-se o camarada (Campos) que analisou a actual situação Política-Militar, referindo-se também à inflacionária subida de preços.

Por fim tivemos a intervenção do camarada (Lopes) que falou sobre agricultura, apresentando propostas de organização dos trabalhadores.

Depois das intervenções dos camaradas da mesa, foi aberto debate, tendo sido feitas algumas perguntas «no que se refere», à situação e acerca do partido.

## "DIA DE CAMPO"

De boas intenções  
anda o Mundo cheio

No número anterior do «Revolução», em artigo intitulado «Plenário de Cooperativas do Distrito de Setúbal», fizemos uma crítica aos objectivos a alcançar com a jornada intitulada «Dia do Campo», organizado pelo «grupo Dinamizador dos Órgãos de Vontade Popular».

Dissemos então, entre outras coisas, que a acção a levar a cabo no dia 18 tinha um interesse profundamente reformista.

Citamos a seguir esse artigo de Revolução: «No Plenário (plenário realizado na Cooperativa da Nova Esperança em que as cooperativas aprovaram a ida a Lisboa) foi dito que o fim em vista com a festa em Lisboa é unicamente o de mostrar ao Povo de Lisboa que o Governo é mentiroso. As cooperativas vão a Lisboa, dizia um cooperador, para mostrarem que podem vender os produtos a muito mais baixos preços do que as lojas da capital. Ora esta campanha de «boa vontade» das cooperativas não resolve em nada os problemas com que os seus trabalhadores se batem.

O Governo está farto de saber que eliminando os intermediários, os produtos agrícolas serão mais baratos. Mas eliminar a actividade intermediária de cerca de 200 000 indivíduos (aproximadamente o número de intermediários) implica opções políticas que o VI Governo não pode nem quer tomar. O VI Governo pretende manter o sistema capitalista, e uma das bases sociais de apoio de qualquer sistema capitalista é justamente o sector dos intermediários. A campanha de difamação à volta das cooperativas e dos cooperadores continuará apesar da vinda a Lisboa».

Analisámos nesse artigo o que representava para as cooperativas a jornada do «Dia do Campo»; não nos debruçámos porém, sobre um outro aspecto fundamental do problema, que era o das incidências (mobilizadoras ou desmobilizadoras, que tal jornada poderia ter sobre os trabalhadores da área de Lisboa.

Ora no panfleto distribuído pelos organizadores do «Dia do Campo» dizia-se que com aquela jornada, o povo

trabalhador de Lisboa ia «poder comprar, os produtos do campo mais barato, laranjas a 6\$00, cebolas a 7\$00, vinho a 8\$00, etc.». Dizia-se também que aquela seria uma oportunidade para o povo trabalhador de Lisboa se poder encontrar com o povo trabalhador do campo, saber dos seus problemas, conhecer os seus anseios e aspirações.

Criou-se, portanto, através de todo um aparato informativo, uma grande expectativa à volta daquela jornada. E, na verdade milhares de trabalhadores afluíram no domingo, dia 18, ao campo das cebolas.

Eram muitas e muitas as caras humildes, de homens e mulheres trabalhadores, que naquele dia pensaram, finalmente, que vindos das terras do Alentejo, chegavam a-Lisboa, os frutos da Revolução e dos campos.

E eram demasiadas as esperanças e demasiadas as expectativas, a que 5 camions não davam de maneira nenhuma uma resposta mínima.

Na verdade, toda aquela abundância de produtos prometida pelos organizadores da jornada e que iria desvender o mistério da subida dos preços, resumia-se afinal a 5 camions que traziam hortaliças, batatas, cebolas, grãos, ovos, e outros produtos.

Tudo se vendeu num abrir e fechar de olhos e a maioria dos trabalhadores que foram ao Campo das Cebolas, nem sequer o cheiro lhe sentiu.

Eram muitos os que se diziam enganados, que em vez de produtos mais baratos, lhes queriam era vender discursatas. Outros insinuavam que como eram tão pequenas as quantidades de produtos ali trazidas, se calhar eram os organizadores que estavam a pagar as diferenças para que os produtos fossem vendidos mais barato, para assim poderem fazer propaganda política.

A confusão era grande e os boatos postos a circular eram muitos, havendo mesmo quem jurasse a pés juntos que aquilo tinha sido um boicote organizado pelo P. C.

Uma outra notícia que circulava dizia que vários camions não tinham chegado porque tinham sido impedidos em Rio Maior de rolarem rumo a Lisboa.

Enfim, a verdade era bem outra. Nós tínhamos estado no Plenário em que foi proposta às cooperativas da zona de Alcácer, Grandola e Torrão a adesão ao «Dia do Campo». Ouvimos muitos dos cooperadores presentes dizerem que gostariam de vir mas que a época era má pois eles não tinham produtos para vender. E ouvimos também cooperadores, afectos à U. D. P., dizerem que não fazia mal, que o que interessava era estar presente e que as cooperativas que não tivessem nada podiam pedir quantias simbólicas a outras cooperativas. Por exemplo uma cooperativa pedia a outra um saquinho com ovos, outra pedia um saco de batatas e assim por diante.

Moral da história, tudo não passava de pura demagogia numa jornada em que se mobilizavam os cooperadores com objectivos de manipulação partidária.

Sem dúvida que a solidariedade para com as cooperativas é muito importante.

É muito importante que as cooperativas criem e desenvolvam relações com os trabalhadores da cidade; estas relações entre cooperativas, com. de trabalhadores e com. Moradores, deverão ser feitas no sentido de reforçar a aliança de todos os trabalhadores, no combate contra os exploradores.

Mas a jornada do «Dia do Campo» não foi capaz de estabelecer o necessário contacto entre os trabalhadores do campo e os da cidade. Não é com acções com intenções espectaculars que essa solidariedade se construíra. A solidariedade entre os trabalhadores das cooperativas e os da cidade, a ligação cidade-campo, será fruto de um trabalho paciente feito numa perspectiva de luta de classes.

Há que saber utilizar as questões concretas e imediatas, como seja a venda de produtos pelas Comissões de Moradores ou a ajuda às cooperativas nas colheitas, no sentido de desenvolver as organizações autónomas dos trabalhadores para que se crie a força dos operários e camponeses capaz de se opor à repressão fascista e capaz de disputar à burguesia o poder que ela exerce sobre todos os trabalhadores.

## DO HORÁRIO

alertados, e já o estão na sua grande maioria. Um desses problemas, e talvez aquele que tem provocado maior desunião e maior desagregação até agora, é o controle partidário, um dos grandes responsáveis pela não implantação na prática do Poder Popular.

Na luta pela aplicação do horário nacional de 40 horas, temos um bom exemplo de tentativa de controle partidário (conseguida em parte) desta feita, como em algumas outras, por parte do M. R. P. P..

A luta pela aplicação do horário das 40 horas, é uma luta justa (na sociedade capitalista em que hoje vivemos, em que é explorada a mais-valia dos trabalhadores, porque, bem entendido, numa sociedade em que os trabalhadores estejam no Poder, ter-se-á que trabalhar o que for necessário para a construção de uma economia socialista) a luta pela aplicação do horário de 40 horas, é uma luta justa, uma luta que será dura, que terá inevitavelmente oposição por parte do Governo, e dos partidos burgueses, uma luta que os trabalhadores se têm que preparar para travar, contra a burguesia. Será mais uma forma de luta de classes neste País onde mais do que em muitos outros lados, os campos estão bem definidos.

Mas uma coisa é uma luta, justa, e outra é ser travada de uma maneira correcta.

Os trabalhadores, a classe operária, tem de pôr os seus interesses à frente dos interesses partidários deste ou daquele partido, tem de se manter unida e organizada para poder dar uma resposta de classe à burguesia, e não uma resposta de partido.

As comissões de trabalhadores que neste momento são controladas partidariamente neste caso concreto pelo M. R. P. P., não se podem esquecer que representam operários, representam trabalhadores que os elegeram. Essas comissões têm de representar os trabalhadores, os seus interesses, e não os interesses partidários. Ao representarem os interesses de um partido, esses órgãos estão a trair os trabalhadores que os elegeram a eles e não ao M. R. P. P.. Já há suficientes e tristes experiências, principalmente com este partido (e não só) caso TAP, TLP, ogma, e outros, para que os trabalhadores impeçam de vez a manipulação. A última palavra, caberá aos trabalhadores, quando estes arranjam formas organizativas capazes de responder às traições, às manipulações.

## PROXIMOS COMÍCIOS DO PRP

## JANEIRO

- 23 — Tires
- 24 — Lagos
- 25 — Vila Real de S.º António
- Coimbra
- 26 — Olhão
- 27 — Silves

28 — Messines

30 — Teixoso, S. Pedro da Cova, Caldas

31 — Covilhã

## FEVEREIRO

1 — Tortozendo

7 — Viana do Castelo Ferragudo

## QUESTÃO AGRÁRIA(3)

# "Princípios (fins burgueses) a resp



Nos últimos tempos, foi divulgado, pelo Ministério da Agricultura, um texto intitulado, «Princípios fundamentais a respeitar no prosseguimento da Reforma Agrária na zona de intervenção».

Nos tres primeiros parágrafos confirma-se o facto de a Lei não ter sido feita para defender os interesses dos trabalhadores do campo, ou no melhor dos casos ter sido posta a reboque dos interesses dos camponeses. Antes do 25 de Novembro os camponeses, plenamente conscientes de qual era o seu inimigo de classe nos campos, tiraram de cima dos ombros a canga que os oprimia há tantos anos, enterrando as mãos na terra que lhes pertencia. «Os senhores da terra», que nessa altura viam passar o comboio acenando-lhe desesperadamente com a lei, pretendem agora, depois do 25 de Novembro, usar essa mesma lei, à laia de palmatória.

Tendo em conta: o grau de consciência do campones do Sul e a sua combatividade; a campanha eleitoral que se aproxima; as contradições entre a própria burguesia no poder (força social-democrata e a fascizante) fazendo a cada momento, real, a possibilidade de golpe fascista; as necessidades de propaganda internacional uma vez que a social-democracia (organização internacional que em vários países da Europa está no poder e investiu, comprometendo-se, na social-democracia portuguesa) pretende manter uma certa fachada em relação às classes desfavorecidas tendo em conta o governo; tudo isto, vai tentar, por agora, utilizar a «via pacífica», doseando as intervenções da GNR.

### 1 000 000 DE HECTARES OCUPADOS 300 000 EXPROPRIADOS

Legislativamente estabelece-se diferença entre a expropriação-nacionalização e a legalização das unidades cooperativas de produção. Pode assim

acontecer haver áreas expropriadas sem cooperativas e cooperativas legalizadas sem que a terra que ocupam esteja já expropriada.

A razão que se alega na tentativa de roubar 700 000 hectares aos camponeses é a de que «os interesses e direitos dos pequenos e médios agricultores — proprietários, rendeiros e seareiros — foram lesados»... Os seareiros praticamente não existem, como resultado da opressão a que eles próprios foram sujeitos anteriormente. Que tentem agora ressuscitá-los, a ponto de serem agora razão do diploma mencionado, é notável... e boa vontade(!!!) Os rendeiros baseavam a sua existência e lucros, na exploração desenfreada dos assalariados. Rendeiros e ceareiros não possuem terras. O que poderiam «possuir» era contratos de arrendamento feitos com o antigo proprietário.

Ora na medida em que a boa vontade governamental opta pelas indemnizações, porque não reembolsar os contratos de arrendamento feitos pelos rendeiros em vez de pretender indemnizar os latifundiários???

### PEQUENAS CONTRADIÇÕES «NO SEIO DO POVO»

Álvaro Cunhal declara em Beja que «a Reforma Agrária não deve tocar nas terras e nas explorações dos pequenos e médios agricultores (proprietários, rendeiros ou ceareiros)», advogando igualmente que «a entrada nas cooperativas ou herdades colectivas deve ser completamente voluntária. Ninguém deve ser obrigado a trabalhar» (!) Mais adiante diz Álvaro: «Há que dizer claramente que a Reforma Agrária poderá sofrer reajustamentos e pequenas rectificações» (?) (pequenas rectificações dizem respeito nada mais nada menos do que a setecentos mil hectares). Álvaro foi ler à Bíblia

de Lopes Cardoso. Em Beja faz a propaganda eleitoral do PS e reafirma o seu papel histórico de controlador das classes despossuídas, ao serviço e interesse da burguesia.

No parágrafo 1, alínea c) diz o diploma sobre os «princípios fundamentais»: «Reconhecer nos rendeiros e ceareiros os direitos que a lei lhes confere procedendo-se à revisão de todas aquelas situações em que uns e outros tenham sido «expropriados». Nota: as aspas estão no próprio diploma. Porque os rendeiros e ceareiros foram «expropriados» não em terras que não possuíam mas no seu «direito» de exploração. O que está em causa (e que na lei logicamente está omissa) é que a seguir às expropriações, os cooperadores destruíram as relações de produção capitalistas; as relações entre explorados e exploradores. Nas cooperativas não há assalariados. Ora o que o Governo pretende é justamente reintroduzir a prática rendeira e garantir-lhes mão-de-obra, através das práticas repressivas a que vão tentar submeter as cooperativas.

No parágrafo 1 alínea d) «Garantir... o direito de propriedade dos contratos de arrendamento». E que farão os rendeiros com os contratos de arrendamento, se não puderem usar do seu «direito» de exploração, do assalariado agrícola o que lhes terá que ser garantido pelo regime?

Assim o PCP colabora em todos estes crimes para manter o que chama de «regimen democrático».

### ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO PARA 1976

Diz o diploma: ... «A necessidade de garantia que a produção agrícola se mantenha a níveis que não agravem os déficits tradicionais, impõem uma rápida modificação no modo como o processo de Reforma Agrária se vem desenvolvendo». Para diploma, diploma e meio. Vejamos o que diz o Orçamento Geral do Estado para 1976».

Sob a rubrica «Aumento da área cultivada»..., lemos que, «... o produto agrícola acusou um elevado crescimento em relação a 1974... e o aumento das áreas cultivadas, por outro lado, deram origem a um significativo incremento da produção agrícola, nomeadamente cerealfira, com evidentes reflexos na redução da necessidade de importação de cereais no decurso de 1976».

### OS 50 000 PONTOS

Segundo o decreto-lei 406-A/75 seriam expropriadas as áreas das propriedades para além de setecentos hectares ou que somassem para cima de 50 000 pontos. (Por ex. em uma propriedade com 780 hectares, 80 hectares seriam expropriados; tendo 56 000 pontos, 6 000 seriam expropriados).

O que acontece é que uma área de 700 hectares convenientemente explorada, poderia ter mais de 50 000 pontos e uma propriedade catalogada como tendo menos de 50 000 pontos convenientemente explorada poderia ter mais de 50 000 pontos.

Tendo em conta tais factos pretende o novo diploma «criar um dispositivo legal que assegure que para efeitos de expropriação não serão tidos em conta os investimentos realizados após a promulgação do decreto lei 406-A/75». Assim tudo o que é de facto grande propriedade continua a coberto do estatuto anterior a ser considerado pequena propriedade.

### DIREITO DE RESERVA

No diploma pretende-se defender o direito de reserva (sobre os 50 000 pontos que os antigos proprietários continuam a manter em sua posse) desde que: a) «Explorem directamente a terra de que são proprietários». Será que com o directamente pretendem dizer que os proprietários andarão de enxada na mão?

Por outro lado, mais abaixo no diploma, pretende-se salvaguardar a possibilidade de os antigos proprietários de posse do direito de reserva não «explorarem directamente a terra»...

Assim diz o diploma: «com efeito do decreto lei 406-A/75 permite o absentismo para os proprietários com área igual ou inferior a 50 000 pontos portanto (que, não são consequentemente objecto de expropriação) mas não o permite em relação a aqueles que queiram exercer no sentido de se evitarem tais «injustiças» diz o diploma: «A uniformidade de tratamento pode ser feita... ou generalizando-se os condicionamentos impostos ao direito de reserva aplicando-os à expropriação de proprietários detentores de áreas inferiores a 50 000 pontos, ou libertando-se o direito de reserva desse condicionamento; b) Retirem exclusivamente ou predominantemente da exploração agrícola os seus meios de subsistência e de sua família». Primeiro que tudo foi impossível controlar os rendimentos colectáveis dos proprietários, e isto num período em que a esquerda tinha a iniciativa. O que quer dizer que muitos podem ter rendimentos consideráveis, obtidos através de outras actividades (liberais, industriais, comerciantes, etc) e poderão continuar com o seu «pedacito» de terra (50 000 pontos ou 700 hectares). Por outro lado é por demais evidente que a terra, a ser bem explorada (não o foi antes e não se percebe porque o será agora) pelo proprietário dará um rendimento muito superior ao necessário para a subsistência de uma família;

# ...eitar (a impor violentamente)"



c) Outra condição que limita o direito de reserva: O proprietário que usufruir do direito de reserva não deve ter «já exercido o direito de reserva previsto em qualquer outro diploma legal». Ora do mesmo modo que era impossível o controlo dos rendimentos colectáveis verifica-se que é impossível o controlo de todas as propriedades que o mesmo proprietário possa ter espalhadas pelo território

nacional. Portanto mais uma forma de os burgueses saltarem por cima das suas próprias leis com as suas próprias artimanhas.

#### LOCALIZAÇÃO DO DIREITO DE RESERVA

É quanto à atribuição dos 50 000 pontos ao proprietário que vai surgir uma das maiores questões na aplicação do diploma. Suponhamos tres propriedades limitrofes entre si e que

tenham sido expropriadas:

A ser atribuído o direito de reserva teríamos assim tres zonas de terra expropriada separadas entre si pelo direito de reserva dos proprietários. Como construir a unidade de produção? De resto que terras serão escolhidas para o direito de reserva. As melhores, as piores? Qual o critério?

#### INDEMNIZAÇÕES

Diz o diploma num rasgo de sinceridade: «Independentemente (?) de quaisquer discussões de princípio não se ve que nas condições actuais seja possível por em causa o direito de indemnização...»

A lei das indemnizações acabará por sair, provavelmente depois do eventual golpe fascista. Então, «independentemente de quaisquer discussões de princípio», poderá acontecer que o poder legislativo evite a si próprio essa maçada, devolvendo, pura e simplesmente, a terra aos antigos latifundiários.

Os estrangeiros não serão expropriados. Tendo em conta a cotação do escudo no estrangeiro...

Nas indemnizações a fazer «distinguir-se-ão o pagamento de indemnizações pela expropriação da terra e o pagamento por investimentos nela efectuados». O que vai permitir as

maiores falcaturas no respeitante aos últimos.

Nas indemnizações por investimentos ter-se-á em conta as dívidas que o antigo proprietário tinha em organismos de crédito, fazendo-se um «desconto no montante que servia de base às indemnizações». O resultado da venda das colheitas de 75 reverte para o proprietário. Será que esse dinheiro foi usado do mesmo modo para desconto das dívidas aos ex-Grêmios?

Não. Os antigos proprietários manipulavam o crédito público a seu bel-prazer.

**Conclusão:** vários pontos ficam por abordar. Entre outros do imposto fundiário a ser lançado. No entanto o acima exposto já nos dá uma ideia de como a burguesia no Poder se prepara através das malhas da teia burocrática e das suas leis, para reprimir as conquistas alcançadas. Até à data o que se tinha passado em muitas zonas era a Revolução Agrária. Agora nem de reforma se trata mas sim de uma racionalização agrária e com a participação cúmplice do PCP. Mais do que nunca se exige a união e a organização dos camponeses para formas superiores de luta. Mais do que nunca tudo dependerá da solidariedade entre todos os explorados.

## MENSAGEM DA DIRECÇÃO DO PRP À HOMENAGEM A A. CABRAL

No 3.º aniversário da morte de Amílcar Cabral, saudamos calorosamente a memória do grande revolucionário fundador do PAIGC e responsável principal da libertação da primeira colónia portuguesa e do seu acesso à independência.

A actividade internacionalista de Amílcar Cabral, forjador incansável da solidariedade anti-imperialista, não só africana, como também dos movimentos libertadores do 3.º Mundo e das forças progressistas mundiais é exemplo duradouro para os militantes revolucionários.

Com o seu estímulo perseguiremos a luta aqui em Portugal, conjugando-as com a dos povos das ex-colónias (e hoje, em particular, com o MPLA e a Freltin) para que, num futuro próximo, uma vez varrida da nossa terra toda a ingerência imperialista que ainda hoje a domina, possa estabelecer-se entre Portugal e aqueles países libertados e independentes uma unidade de acção, baseada na língua e experiência de combate comuns-unidade, talvez sem paralelo, que nos permita a construção do socialismo.

VIVA O CAMARADA AMÍLCAR CABRAL, HERÓI DO POVO  
VIVA O PAIGC

Lisboa, 20 de Janeiro de 1976  
P'la Direcção do PRP



# MORREU O CAMARADA JOÃO, MILITANTE DA CLASSE OPERÁRIA

Há seis anos, numa casa da Baixa da Banheira, reunia-se pela primeira vez um grupo de militantes, que se viriam a transformar em Brigada Revolucionária. Entre eles estava Victor Ramos. Quando se escolheram pseudónimos, o Victor ficou a chamar-se João e com este nome se chamou até morrer.

Depois disso foram longos meses de gestação e parto de uma organização que nascia e que o fazia apenas com a vontade de meia dúzia de militantes. Não havia dinheiro, nem armas, não havia ajudas externas. Os meios e a organização foram crescendo numa luta diária de militância.

E só um ano depois é que o João fez a sua primeira acção — A sabotagem de uma bateria de canhões existentes em St.º António da Charneca. Como, em seguida era preciso dispersas, o João, porque morava perto e porque tinha calma, foi para casa de bicicleta. Os outros companheiros dessa acção já estavam no cemitério a chorar. A Brigada reunia-se pela última vez.

O João morava na Baixa da Banheira numa casita construída pelo pai já na zona do campo. O pai era um camponês que tinha vindo para a zona industrial para ser operário da CUF e, como é natural, sonhava para o filho melhores dias. Mas perante a possibilidade de subir na escala social, o João dizia sempre que o que lhe interessava era a Revolução Socialista, a transformação para todos os operários. É tudo isso que o pai rememorava na terça-feira, como rememorava a ida a sua casa dos camaradas clandestinos, as visitas clandestinas de Carlos Antunes. E de memória contava que oferecia o seu divã aos camaradas, mas eles queriam dormir no chão. Contava quando andavam a cavar no quintal para esconder explosivos. E também como se separou do filho quando este foi para a clandestinidade e como disfarçava o facto comentando: «Fugiu, nunca mais apareceu, aquilo está para França! Mas secretamente encontrava-se com ew em lugar seguro.

Essa foi a vida do João. Quando foi para a tropa resolveu desertar ao fim de alguns meses e veio para a vida clandestina revolucionária. Fez a escolha que muitos homens e mulheres fizeram ao longo do fascismo, levando às últimas consequências a sua opção. Hoje, quando de novo o fascismo ameaça, quando o poder de novo se põe claramente do lado dos exploradores, o João estava disposto a regressar à clandestinidade. De novo, a sua escolha já se tinha feito.

Mas o João utilizou bem a sua clandestinidade. Depois da bateria de canhões em St.º António da Charneca muitas outras acções foram feitas ou dirigidas por ele.

Com o 25 de Abril as Brigadas Revolucionárias suspenderam as acções armadas. O 25 de Abril não era a revolução socialista nem tão pouco era uma revolução. Foi um movimento militar acompanhado de um enorme movimento de massas — mas as estruturas económico-sociais mantiveram-se. No entanto tornou-se evidente que nesta nova fase as acções armadas seriam um absurdo. A LUTA AGORA ERA OUTRA: Por isso o João teve de mudar de tarefas contudo o que isso acarreta de contradições — era suspender a luta armada, antes da

revolução socialista estar feita. Mas ele compreendia que não seria apenas a acção das Brigadas que podia fazer. Era necessário um grande movimento de massas, uma grande luta política, que chegue à insurreição com um exército de revolucionário que multiplique por muitos as Brigadas.

Estas seriam e são um embrião e um fermento desse exército. Esta luta contra o militarismo, que tem de ser uma constante de vigilância numa organização armada, o João compreendeu-a como poucos. Por isso fez comícios, o mesmo homem que meses antes andara a pôr bombas.

E na luta contra os fascistas que na sombra (ou às claras) minaram o processo revolucionário português, o João teve de novo muitas vezes e outra forma, passar à acção.

Hoje, que prendem os militares revolucionários, que soltam os fascistas e Pides, hoje que fazem recair o peso da situação económica sobre os trabalhadores, o João sabia que somente o confronto violento podia afastar a besta fascista que se aproxima passo a passo. E as suas decisões estavam tomadas.

Toda essa disposição para o combate acabou por se desfazer nuns minutos contra uma camionete, numa curva da estrada de Palhais. O João, que era grande, saudável, que era alegre, corajoso, morreu rapidamente amachucado entre os ferros do automóvel. Eram 7 horas da manhã e regressava de uma reunião. Pouco tempo depois a mulher corria como louca às sedes do partido a dizer que o João tinha morrido.

Quando os camaradas bateram à porta da mãe para dizer que traziam uma má notícia ela disse «Está preso!» Não, hoje não era o fascismo, era o absurdo da morte.

O João é insubstituível. Nenum de nós o pode substituir. Mas a sua morte tem de ensinar aos militantes do PRP e aos militantes da classe operária, que há que estar mais e melhor, enquanto dura a vida. Só o que ninguém pode roubar a um operário filho de operários, como era o João, é as acções que ele fez contra a burguesia. Para aqueles que não têm nada a perder, a luta é a grande riqueza. A luta organizada persistente. A luta escolhida e consciente de um militante.



## LIBERTEMOS OTELO SARAIVA DE CARVALHO

A prisão do general Otel Saraiva de Carvalho é uma acção surpreendentemente desavergonhada do actual Poder e constitui um grave golpe para os revolucionários e os trabalhadores portugueses, perante o qual estes têm que responder.

Otel Saraiva de Carvalho, é o autor militar do golpe de 25 de Abril de 1974 e esteve na sua direcção desde a primeira hora. Prendendo-o, o actual Poder mete na prisão o próprio 25 de Abril, não tendo já sequer o cuidado de disfarçar a sua verdadeira face — a fascista.

Enquanto Maltês, Tenreiro, Schultz, e cerca de trezentos «pides» SÃO POSTOS EM LIBERDADE; OS HERÓIS DO 25 de Abril, que libertaram o País do fascismo, vão enchendo as cadeias. Otel Saraiva de Carvalho personifica o próprio espírito libertador do 25 de Abril, que o actual Poder já não pretende sequer imitar. As palavras hipócritas que ainda falam de «liberdade» e de «democracia» já não enganam ninguém.

Mas é porque Otel simboliza o que houve de mais revolucionário nas FAs, é porque representam o grupo dos oficiais que ao longo deste processo veio progressivamente a estar ao lado dos trabalhadores numa forma revolucionária, que o actual Poder o prende e o procura destruir. O Copcon procurou sempre estar ao lado dos explorados e isso valeu-lhe a fúria destruidora dos autores do 25 de Novembro.

Este acto que o Poder ousa praticar é o primeiro de uma nova fase na escalada para o fascismo, enquanto a direita prepara o seu aparelho para se instalar sólidamente. Pretende atingir primeiro os militares para atingir depois os revolucionários. Perante isto não sabemos que cara têm os «nove» e outros e outros a eles afins para continuar a falar para portugueses e para estrangeiros, de «democracia».

Mais uma vez se trata do plano do imperialismo a ser posto em prática, com a cumplicidade activa do P. P. D. e do P. S, com a passividade eleitoralista do reformismo. Esta prisão foi preparada pelo relatório preliminar sobre o 25 de Novembro, lido pela Rádio ao mesmo tempo que efectuavam a detenção. Tal relatório refere-se também aquilo a que chamam a acção «criminoso do P. R. P.-B. R.» apelando à insurreição armada. Debruçarmo-nos-emos posteriormente sobre as possibilidades destes relatórios mas desde já repudiamos o facto dos autores do relatório empregarem provocatoriamente a sigla P. R. P.-B. R., quando há vários meses, que é pública a separação orgânica entre o P.R.P. e as Brigadas Revolucionárias, o que só não é compreendido pelas estreitas e ignorantes cabeças que elaboraram este texto.

Hoje mais do que nunca dizemos: oficiais revolucionários, trabalhadores, militantes — ou nos organizamos e lutamos desde já, ou o fascismo virá com a maior brutalidade.

Libertemos Otel Saraiva de Carvalho  
O fascismo não passará se cada um se organizar e armar

Pelo Secretariado do P. R. P.



# A PRÁTICA REVOLUCIONÁRIA DO COPCON

Para a massa de explorados e oprimidos que, ao longo de 18 meses, contactou diariamente com os militares do Copcon, este simbolizará sempre o que de mais genuinamente revolucionário existiu em Portugal depois de 25 de Abril de 1974.

Criado escassos meses após o 25 de Abril com a intenção de assegurar a ordem pública que os spinolistas pretendiam (e pretendem) instaurar em Portugal, o Comando Operacional do Continente cedo se converteu no organismo político-militar capaz de resolver os difíceis problemas que afectam os explorados. E tanto assim foi que, na compreensível e, por vezes, exagerada esperança de encontrar uma solução imediata para os seus problemas, eram milhares e milhares os oprimidos que viam no Copcon a única entidade capaz de lhes resolver os problemas que o sistema capitalista lhes provocara.

Ainda que a traços largos, importa não esquecer aqui que foi o Copcon a entidade que permitiu a existência de actos criadores e revolucionários que se praticaram em Portugal no pós 25 de Abril; com efeito, a dinâmica de massas que se traduziu nas ocupações de casas e de herdades teria sido muitíssimo dificultada, nos termos em que se processou, se não existisse o Copcon.

Também o projecto de aliança Povo-MFA (com o que implicaria a nível da articulação entre trabalhadores (CT, CM, etc.) e militares revolucionários) encontrou nos militares do Copcon alguns dos seus mais entusiásticos defensores.

A importância que o Copcon assumiu não se limitou, contudo, a uma atitude dialéctica de suporte e fermento do real dinamismo revolucionário das massas populares — também nas ocasiões em que o processo revolucionário era ameaçado pelos fascistas (28 de Setembro e 11 de Março), o Comando Operacional do Continente respondia com a sua presença firme e indefectível.

Por tudo isso, o Copcon deixou de ser apenas, por um lado o organismo a que as massas populares, saltando por cima de todos os trâmites burocráticos, recorriam na busca de soluções para os seus problemas e por outro lado, o Comando revolucionário dos militares comprometidos no processo, para se transformar no polo aglutinador e cristizador do que de mais revolucionário existiu em Portugal, aos níveis civis e militares.

Foi assim possível, no passado mes de Agosto, a existência da «Proposta de Trabalho para um Programa Revolucionário», mais vulgarmente conhecida por «Documento do Copcon».

Este documento surge na altura em que a direita civil e militar, instrumentalizando as forças sociais-democráticas (PS e «Grupo dos Nove»), estava já descaradamente ao ataque e, por outro lado, na vigência do V Governo, o qual, era manifestamente incapaz de constituir a alternativa revolucionária para a difícil situação, de cuja responsabilidade os revisionistas do PC tinham uma importante quota-parce.

É sabida a onda de entusiasmo que este documento desencadeou nas forças revolucionárias, tendo sido a partir de então que ficou consagrada

e cimentada a linha de oficiais do Copcon.

Durante todo este tempo, enquanto que uns viam no Copcon um importante veículo para a sua libertação, outros (a burguesia) encaravam este organismo como o que de mais terrível tinha sido produzido pelo processo revolucionário nascido do 25 de Abril. É conhecido, com efeito, o verdadeiro ódio que a classe dominante tinha ao Copcon, o que se compreende numa perspectiva de luta de classe, tanto mais quanto é um facto que muitos refinados capitalistas e latifundiários haviam sido presos por ordem do Copcon.

## UM COMANDANTE REVOLUCIONÁRIO

Se é verdade que falar do que foi a prática do Copcon deve ser, acima de tudo, descrever o crescimento conjunto e dialéctico que fizeram as massas populares e a globalidade dos militares (oficiais, sargentos e soldados) ligados aquele organismo, não é menos verdade que esta prática revolucionária só foi possível por o Copcon ter sido comandado por quem foi.

A personalidade de Otelo Saraiva de Carvalho será, porventura, aquela que mais discussão, incompreensão e controvérsia gerou após o 25 de Abril.

É um facto inegável que nem sempre as suas afirmações foram claras e precisas, existindo também, não raras vezes, uma real contradição entre elas.

Pensamos, todavia, ser um gesto inegavelmente contra-revolucionário assucar a Otelo as grandes responsabilidades pelo retrocesso que vivemos, bem como, acto contínuo, sobrestimar o que foram as suas atitudes menos claras e subestimar o que a sua acção permitiu ou incentivou.

O homem que foi o verdadeiro cérebro militar do 25 de Abril reconhe-

ceu, de resto, ter «ter cometido muitos erros» e nunca escondeu a sua «falta de estrutura política».

Por outro lado, e apesar da sua deficiência de base, há uma inegável evolução na estrutura política de Otelo ao longo de todos estes meses. Recordemos, a propósito, que de uma inicial simpatia para com a social-democracia, Otelo aprendeu, através da prática, que só a alternativa revolucionária era a saída para a situação que vivemos.

## O P.C.P. E O COPCON

Durante todo o seu trajecto, este militar revolucionário foi sucessivamente apoiado, criticado, adulado e novamente criticado por aqueles que, dizendo-se revolucionários, mostram na prática os seus verdadeiros interesses.

A este respeito, e sendo um ponto assente o carácter contra-revolucionário da direcção do P. C. P., compreendemos facilmente que a comissão política deste partido, num comunicado em que apenas condena a «grande especulação feita pela propaganda reaccionária interna e externa em torno do relatório preliminar do 25 de Novembro» (sem assim por em causa o seu carácter falso e reaccionário), reafirma neste momento, «as divergências do P. C. P. com a chamada linha dos oficiais do Copcon».

Isto é, no momento em que a direita militar fascista, ultrapassando os próprios elementos do «grupo dos nove», prende os revolucionários e solta os fascistas, o P. C. não só reafirma as suas divergências com o que foi a prática do Copcon, como relembra ter procurado a «aproximação e reunição de todos os sectores do M. F. A.», incluindo, claro está, a direita militar.

Chamamos a isto traição, conciliação de classes, em suma, contra-revolução.

## O COPCON E O 25 DE NOVEMBRO

Para muita gente, a atitude de Otelo durante o 25 de Novembro terá deixado muito a desejar.

Importa, para já, salientar que muitos acontecimentos ocorridos no 25 de Novembro não são do domínio público, o que dificulta largamente o juízo sobre esta ou aquela pessoa.

Por outro lado, é importante recordar que o que se passou no 25 de Novembro foi um golpe reaccionário, preparado há largo tempo, desencadeado a pretexto da justa luta dos «páras», atraída pelo P. C. F.

Deste modo, não houve qualquer insurreição nem, tão pouco, qualquer comando. O próprio Otelo disse, de resto, numa entrevista dada uma hora antes de ser preso e cuja globalidade revela um considerável amadurecimento e radicalização, que nunca se meteria em aventuras.

Apesar disto, é legítimo perguntar a que se deveu o papel apagado que o Copcon desempenhou no golpe de 25 de Novembro. Existem, a este respeito, acontecimentos que, explicando muita coisa, envolvem personalidades de todos os quadrantes não revolucionários e que, a seu tempo, virão a lume.

No entanto, uma coisa é certa: na luta de classes, onde não há milagres, a traição revisionista atingiu dimensões nunca vistas e só compreendendo os seus parâmetros nos poderemos aperceber do papel do Copcon no 25 de Novembro.

Sendo assim, e sem que o Copcon se tenha metido, através do seu comando em qualquer tipo de aventuras ou golpes (mesmo que supostamente de esquerda) não é por acaso que a direita militar decide prender Otelo — é que o inimigo sabe bem que Otelo não só não traiu os explorados como também os não trairá.

Como ele próprio o disse «sintome revolucionário, no sentido em que sempre lutarei contra a exploração do homem pelo homem».





Pela primeira vez na sua história, os 46 Estados membros da O. U. A. (Organização de Unidade Africana) reuniram-se em sessão extraordinária. Motivo: optar por um dos dois termos da disjunção exclusiva «reconhecimento do Governo do M. P. L. A.» ou «cessar-fogo e estabelecimento de um Governo de Unidade Nacional».

Precedida e envolvida por uma intensíssima batalha diplomática, a primeira sessão extraordinária da O. U. A. constitui como que a consumação do desmoronamento do mito do suposto progressismo das nações do chamado Terceiro Mundo. Com efeito, que dizer de uma organização que, nas palavras de Luis Cabral, presidente do Conselho da Guiné-Bissau, está minada por «fraquezas que nem sequer lhe permitem condenar unanimemente a África do Sul?»

Bem se pode dizer que a questão de Angola é uma excelente pedra de toque que permite avaliar do autêntico progressismo dos diversos Estados, Governos e organizações. E é assim que, por uma ou outra razão, vemos diversos Estados, que até agora desfrutavam de uma certa fama de progressistas (a Zâmbia é o exemplo mais cabal) assumirem posições de descarada cumplicidade com o imperialismo americano.

Angola é neste momento, palco de um dos mais importantes conflitos que os oprimidos e explorados, na sua luta de revolta e libertação travam com os agentes do sistema económico que os explora. Por isto, estão em Angola mercenários americanos, portugueses, sul-africanos e zairenses, equipados com carros blindados «Panhard», centenas de toneladas de napalm, mísseis «Sidewinder», helicópteros «Alouette III» e bombas de fragmentação antipessoal. É que o imperialismo sabe bem a importância que terá em África e não só, a existência de uma República Popular de Angola.

**ANGOLA E A URSS**

O auxílio militar da URSS a Angola tem sido o pretensio cavalo de batalha de todos os Estados que até agora se recusaram a reconhecer o Governo do MPLA.

Trata-se, pensamos, de uma questão que diz essencialmente respeito aos povos e Estados angolano e soviético.

Convém, no entanto, termos presentes os seguintes dados:

Existe, de facto, ajuda militar soviética (e também jugoslava, cubana, algeriana, da Guiné congolesa, etc.) ao MPLA. Esta ajuda vem desde há longos anos, desde o tempo em que o povo angolano combatia o colonialismo português. E, de resto, como dizia o «África-Ásia» n.º 100, «com que material teria o MPLA desenvolvido a luta contra o agressor português? Com arcos e flechas, enquanto que os países da NATO forneciam ao

exército lusitano as mais modernas armas?»

Por outro lado, e por muitas que sejam as críticas que se façam à política externa e interna dos referidos países, o que há de criticável no apoio ao MPLA? Só os reaccionários estão contra este apoio.

Poder-se-á, é claro, argumentar que o apoio que a URSS dá ao MPLA não é um apoio desinteressado e que não tem em vista o desenvolvimento da causa do socialismo, mas antes o alargamento da esfera de influência de uma das duas superpotências...

Pensamos que tem de ser o povo angolano, organizado democraticamente nos seus órgãos de Poder Popu-

**«O caso angolano constitui um ponto de partida para a renovação da organização política da OUA. A África está dividida em duas e a vitória do MPLA é também uma vitória para as forças progressistas da África».**

**(Camarada João Filipe, ministro da Informação da RPA)**

lar (Comissões Operárias, Comissões de Bairro, OMA, etc.) os quais, como afirmou o camarada Lopo do Nascimento no seu discurso da tomada de posse, devem ocupar o aparelho de Estado a ajuizar sobre a real pertinência destas questões. E, de resto, não se pode dizer, longe disso, que os principais responsáveis pelo Governo da República Popular de Angola sejam meras correias de transmissão da URSS.

Em suma, a questão do apoio da URSS a Angola só pode ser agitada pelos Governos e organizações reaccionárias, e acaba por traduzir o seu ódio de classe à luta de libertação dos oprimidos; e nem sequer põe em causa os erros políticos da URSS...

E é assim que voltamos à OUA: ao cair no impasse de 22 contra 22 (o Uganda e a Etiópia, a que Samora Machel chamou «nova Etiópia socialista que rompe com o feudalismo e avança para a nova era de independência real e de liberdade», absteram-se), a OUA acabou por não tomar qualquer decisão, além de ter visto

# África dividida em duas

## ANGOLA

consagrada a divisão entre os seus 46 Estados membros.

**«NENHUMA ALIANÇA COM A FNLA E A UNITA»**

No entanto, a ausência de uma moção final reclamando um cessar-fogo e a formação de um Governo de coligação com a FNLA-UNITA, constitui já um êxito para o MPLA, que sempre recusara tais moções.

Por outro lado, como afirmou o camarada João Filipe, ministro da Informação, «a cimeira da OUA foteleceu consideravelmente o prestígio do MPLA e dos seus dirigentes e justifica o princípio básico deste movimento, ou seja, não estabelecer nenhuma aliança com a FNLA e a UNITA e considerar-se como único movimento de libertação».

Samora Machel, por seu lado, considerou que «é a nossa própria independência que está em causa, é a própria África que está em jogo, é a própria África que está a ser atingida».

É em todo este contexto diplomático que se situa a luta de libertação do povo angolano, o qual, enquadrado e chefiado pela sua vanguarda — o MPLA — marcha decisivamente para a vitória final sobre a UPA-FNLA/UNITA e todos os mercenários pre-

avançam também na frente leste, conquistando posições ao longo do caminho-de-ferro que vai para a Zâmbia.

Entretanto, num esforço desesperado de suspender a luta armada, Savimbi, presidente da UNITA, fez um apelo ao camarada presidente Agostinho Neto para que se realizem eleições em Angola... Isto quando as potências imperialistas são obrigadas a reconhecer oficialmente o colapso da FNLA no Norte.

**AS RESPONSABILIDADES PORTUGUESAS**

Grande parte das responsabilidades da actual situação angolana cabe à política hipócrita e de traição que, à maneira de Pilatos, os órgãos de Poder portugueses tiveram para com o povo angolano.

Assim, sendo incapaz de assumir uma perspectiva de classe (e como poderia um poder da burguesia defender os explorados?), os órgãos do Poder portugueses são os grandes responsáveis pela actual situação em Angola na medida em que, aproveitando-se de problemas internos e militares do MPLA aquando do acordo do Alvor, colocaram a vanguarda político-militar do povo angolano lado a lado com a FNLA-UNITA.

Entretanto, provando ser tudo menos um Estado progressista, os actuais órgãos do Poder não parecem dispostos a reconhecer o Governo do MPLA, embora em tímidas e esparsas declarações (caso de Vitor Crespo e Melo Antunes) se façam ineficazes declarações de apoio ao MPLA.

Deste modo, e como não podia deixar de acontecer, a política externa portuguesa acompanha dialecticamente a política interna.

Por isto, tudo indica que os actuais órgãos do Poder só reconheçam o Governo do MPLA quando a OUA o fizer.

Entretanto, a luta armada prosseguirá em Angola, pois esta é a única forma de luta susceptível de levar o povo angolano à vitória final sobre o imperialismo.

Com efeito, A LUTA CONTINUA mas A VITÓRIA É CERTA.



## COVILHÃ

# As massas trabalhadoras respondem às medidas antioperárias do poder burguês

As lutas de carácter económico continuam a mobilizar milhares de trabalhadores, e disso são exemplo quer as lutas desenvolvidas pelo pagamento do 13.º mês (com a prisão de alguns patrões até à satisfação desse pagamento), quer a recente mobilização contra as medidas económicas antioperárias com que o poder burguês pretende fazer pagar às massas exploradas do nosso país a irremediável falência do sistema capitalista.

Neste contexto, vários sindicatos tomaram a iniciativa de promover uma jornada de luta contra o aumento do custo de vida e o congelamento da contratação colectiva, tendo também os órgãos de Poder Popular convocado duas reuniões que estiveram na origem desta manifestação do dia 14, a qual se realizou durante as horas de trabalho da grande maioria dos trabalhadores.

No comunicado-convocatória da referida manifestação, os sindicatos (Trabalhadores Metalúrgicos, Indústria de Lanifícios, Construção Civil, Comércio e Escritório, Panificação) alertam «todos os trabalhadores e consumidores» para que «evitem tanto quanto possível que determinados consumidores paguem pelo preço que lhes pedem os produtos que necessitam»; por outro lado, protesta-se «contra as formas de actuação do VI Governo, que não toma medidas para solucionar o custo de vida.

A paralisação de trabalho de algumas das mais importantes fábricas e oficinas da cidade e arredores e a grande adesão da classe operária (cerca de 5000 trabalhadores), tornando esta manifestação operária numa das maiores já realizadas na Covilhã, mostram bem quanto a repressão económica da burguesia identificada com o actual poder, faz mobilizar milhares de trabalhadores que, numa demonstração clara da sua unidade revolucionária, fazem vingar em quase todo o percurso da manifestação palavras de ordem revolucionárias tais como:

«Fora com a canalha o poder a

quem trabalha» e «revolucionários libertação — fascistas p'rá prisão» (em frente do quartel da P. S. P. local).

Mas o final da manifestação não correspondeu de modo algum ao seu carácter unitário e poderoso. Num momento onde intervieram representantes dos diversos sindicatos promotores, ao mesmo tempo que se propunha à classe a sua organização autónoma para combater as medidas económicas e repressivas da burguesia, outras intervenções traduziam bem o recuo da direcção política reformista, de alguns sindicatos, esquecendo deliberadamente os objectivos principais da luta contra o fascismo e pela revolução socialista.

Mas não tenhamos ilusões. A direcção reformista do movimento operário poderá fazer os trabalhadores pagar bem caro a necessidade imperiosa que a burguesia tem do avanço e implantação do fascismo como via para a solução da terrível crise do depauperado sistema capitalista à escala nacional e mundial.

E o que hoje sucede é o sintoma bem claro da falta de presença na vanguarda da luta da organização au-

tónoma do poder opular, da sua falta de centralização e da ausência de uma direcção revolucionária.

Face a isto, é necessário que os trabalhadores se unam em torno de objectivos concretos de luta contra o aumento do custo de vida e a repressão da burguesia social-democrata e fascista no poder, criando comités de

unidade revolucionária e que elejam os seus órgãos próprios de poder (C. R. T.'s) para a Revolução triunfar.

UMA SÓ SOLUÇÃO REVOLUÇÃO SOCIALISTA

FORA COM A CANALHA O PODER A QUEM TRABALHA  
DIRECÇÃO DA ORGANIZAÇÃO LOCAL DA COVILHÃ

## CONSTRUÇÃO CIVIL

# OS TRABALHADORES NÃO CEDEM

Os trabalhadores da Construção Civil, continuam na sua dura luta contra o patronato, contra o capital.

Realizou-se há pouco tempo, um encontro dos trabalhadores da Construção Civil com vista à adopção de novas formas de luta, atendendo às novas características do poder actual, e face ao aumento do custo de vida. Há muito que a necessidade deste encontro era sentida por grande parte dos trabalhadores (como aliás o disseram numa entrevista dada recentemente ao «revolução» elementos da C.T. da empresa J. Pimenta) e essa necessidade vinha na razão directa do congelamento do CCT que tanto custou aos trabalhadores conseguir, simultaneamente com o aumento do custo de vida, da continuação de péssimas condições de trabalho, habitação quase permanente, e mesmo permanente para alguns em barracas pré-construídas, ou só de tijolo, etc.

Neste plenário, importantes foram as decisões tomadas, tais como, a nível de exigências no campo social, do direito de pleno emprego, descongelamento de salários, fixação de um Horário Máximo Nacional de 30 000\$00, retorno do preço dos artigos de primeira necessidade ao nível de Outubro de 1975 com congelamento por seis meses, estabelecimento de uma verdadeira formação profissional (e os senhores sociais-democratas e de direita persistem em dizer que «eles querem é boa vida, trabalhar menos e ganhar mais» etc), revisão da legislação de acidentes de trabalho, solução do problema habitacional com a fixação de um máximo de 10 por cento sobre salário para habitação. Houve mesmo alguém, que sobre a questão do problema da habitação salientou a necessidade da promulgação de uma lei de solos que permita expropriação de solos urbanos com indemnizações baseadas nos rendimentos e o aproveitamento dos

solos urbanos pertencentes a empresas nacionalizadas, o que foi considerado como imediatamente possível.

## PARALIZAÇÃO

Os trabalhadores da Construção Civil (e não só) há muito que percebem que a burguesia não cede terreno, não cede regalias, somente por lhes exigirem escritas em papel. A burguesia só reage quando ameaçada, forçada através de acções de prática, através de uma coordenada actuação política, só quando é posta perante factos consumados, enconstrada à parede.

Sendo assim, os trabalhadores decidiram que, para que as suas exigências fossem ouvidas, mas não só ouvidas como, e principalmente, sentidas, entrar em greve progressiva. Num primeira fase, essas paralisações serão de curta duração durante as quais os trabalhadores discutirão os seus problemas e de todos os problemas que afectam neste momento a classe explorada, devendo inclusive decidir de novas formas de luta contra o poder burguês.

Perante isto, está mais que provado que não é com promessas de investimento por parte dos países social-democratas, nem com «falinhas mansas» dos senhores ministros que os trabalhadores desmobilizam ou pensam que a social-democracia se conseguirá instalar em Portugal.

Neste momento, qualquer trabalhador o minimamente consciente sabe do perigo fascista, da ditadura da burguesia, e por isso, a promessas e «falinhas mansas», responde e responderá sempre com organização e união para a Tomada do Poder.

A alternativa é bem clara: ou fascismo ou Revolução Socialista, e os trabalhadores da Construção Civil, bem o sabem...

## Porto: contra o avanço da burguesia

Milhares de moradores pobres e de trabalhadores em geral acorreram à manifestação que o S. A. A. L./Norte convocou no passado 17 de Janeiro em resposta ao atentado de que a sua dependência tinha sido alvo. A classe operária provou, assim, uma vez mais a sua determinação na conquista de uma nova ordem social, em que desapareça de vez a exploração e opressão que a burguesia acentua através do seu aparelho político-militar reforçado.

Esta manifestação, que aparece como a primeira resposta organizada da classe, no Porto, após o golpe reaccionário de 25 de Novembro, esteve subordinada às palavras de ordem «Casas sim, Barracas não», «Fim imediato à subida do custo de vida», «Medidas de austeridade só para a burguesia» e «Operários, camponeses, soldados e marinheiros, unidos venceremos».

A classe operária e os trabalhadores devem unir-se e organizar-se em torno de problemas objectivos e concretos (carestia de vida, desemprego e repressão) criando, fortificando e interligando as estruturas que lhe permitirão tomar o poder pela insurreição armada.

Como afirma no seu comunicado de 17 de Janeiro o Secretariado do Norte do P. R. P., «só a classe operária unida, organizada e armada é capaz de dar resposta» a «esta ofensiva reaccionária do capital».



O ritmo acelerado a que se tem desenvolvido o processo político português obriga os revolucionários e as organizações da classe operária a definirem sempre esquemas de prioridades em relação aos combates a travar. Assim, muitos objectivos tem sido sacrificados em favor de outros mais importantes e determinantes. Mas pensamos que, por vezes, se tem feito demasiado silêncio em relação a problemas que, não sendo determinantes, são por si, o são no conjunto das condições necessárias para a tomada e exercício do poder pelos trabalhadores.

Estamos a falar dos problemas que dizem respeito a hábitos culturais que tem a ver com a ideologia burguesa. E dizemos isto porque pensamos que nunca se pode desligar o político ou o económico do ideológico. Assim há que por desde já em causa tudo o que diz respeito às heranças da burguesia, quer sejam os processos de trabalho numa fábrica, quer seja o ensino numa escola, quer sejam ainda as relações entre as pessoas numa casa.

São todas estas coisas, e a capacidade de as transformar que fazem o sentido grande da Revolução socialista. Porque a Revolução socialista faz-se para modificar as relações de produção, a natureza do poder político, mas também as relações entre o homem e o mundo e as coisas, e as relações, dos homens entre si, a todos os níveis. E a nível afectivo também.

**O DOMÍNIO MASCULINO NA SOCIEDADE DE CLASSES**

No último parágrafo está escrito por duas vezes, homem querendo significar pessoas, homem e mulher.

Não é por acaso que é homem a palavra que o código da linguagem determina para designar todas as pessoas de ambos os sexos «indiscriminadamente». A verdade é que isto tem muito a ver com uma sociedade que é dominada pelo sexo masculino, em que tudo o que é dominante tem uma marca masculina. Por isso, também a linguagem tem essa marca, também ela está dominada por caracteres masculinos:

- o pai e a mãe são os pais
- o filho e a filha são os filhos
- a avó e o avo são os avós
- a tia e o tio são os tios

Vemos, assim, que sempre que é

preciso designar pessoas de sexo diferente por um só nome, o nome masculino é o escolhido.

**ORIGEM HISTÓRICA DA OPRESSÃO DA MULHER**

O domínio do sexo masculino sobre o feminino tem origens anteriores ao próprio capitalismo. Elas estão ligadas à instituição da propriedade privada. Para garantir a continuidade, desta, era necessário criar um sistema de organização social que permitisse que os bens (terras, gado, utensílios) passassem de um possuidor a outro do mesmo grupo. Nasceu assim a família monogâmica, institucionalizada e invidável. A mulher, desde então, coube o papel de reprodutora dos filhos que deveriam, à morte do pai, administrar a herança.



A mulher «reprodutora» passa assim à categoria de objecto possuído pelo homem, juntamente com os bens materiais. A partir daqui a mulher perde os direitos que possuía (iguais aos dos homens) na sociedade primitiva comunitária. Além de reprodutora, apenas lhe cabe o papel de fazedora de comida e lavadeira da roupa e da casa.

Como objecto que passa a ser, é susceptível de ser cambiada por qualquer outra mercadoria em troca de serviços sexuais. É a prostituição, que teve o seu período aureo nas sociedades «clássicas» (Grécia Antiga, Império Romano), sociedades que, não por acaso, se caracterizaram pela exploração desenfreada do homem pelo homem (escravatura) e pela opressão barbara dos povos mais fracos.

Na Idade Média a mulher é canta-

**A OPRESSÃO MULHER QUE ALTERNATIVA?**

da como o produto mais belo da natureza, mas ainda como um objecto. É comparada ao mar, às flores, às estrelas, a tudo o que seja belo mas sem vida, sem capacidade de pensar. É assim o ornamento oco e «estupidíssimo» da paisagem.

O capitalismo, desde a sua origem, aproveitou-se da situação da mulher. De início, as fábricas, apenas empregam homens, porque são fisicamente mais fortes. Assim, às mulheres, cabe, por um lado, o papel de fazedora de filhos (futuros operários) e, por outro, o de fazer a comida aos homens para que este pudessem dar o rendimento máximo nas fábricas, não realizando qualquer trabalho (doméstico) fora da unidade de produção.

Com o desenvolvimento do capitalismo surge a necessidade de empregar as mulheres. Assim, elas são admitidas nas fábricas, mas, sob o pretexto de que adoecem periodicamente, dão baixas para ter os filhos, produzem menos, etc., etc., são pagas a salários muito mais baixos que os homens.

Desta forma, a mulher operária passa a ser duplamente explorada e oprimida. Explorada por um sistema económico que lhe rouba escandalosa-

«tudo» praticar, a mulher é envolvida, desde o berço, em tabus que a marcam para sempre e lhe tiram a capacidade de iniciativa e de escolha.

**A NÃO ALTERNATIVA BURGUESA**

No séc. XIX, o problema da opressão da mulher e a conseqüente necessidade de emancipação desta, começa a ser posto, na Europa e na América. As mulheres reivindicam direitos políticos e o direito à educação. Depois, começam a surgir, aqui e ali, movimentos emancipalistas. Estes movimentos, conseguindo por vezes resolver determinados pontos concretos da situação da mulher, não conseguiram nunca resolver o problema no seu conjunto.

Porque?

Já vimos que a opressão da mulher está ligada ao aparecimento da propriedade privada e que a mulher passa a ser uma coisa possuída pelo homem, como as terras e o gado.

O problema da mulher é, portanto, um problema de posse. Por isso por em causa a opressão da mulher é por em causa a posse individual dos bens. É por em causa a propriedade privada. É por em causa o capitalismo. Porque por em causa o papel da mulher como reprodutora e servidora conseqüentemente do homem, é por em causa a família burguesa. Porque assim, quem herda a propriedade? Lá iria por água abaixo o sistema económico capitalista.

Ora, a grande maioria dos movimentos feministas põem o problema em termos de — emancipar a mulher dentro do próprio capitalismo. E põem-no assim, porque as suas activistas são mulheres burguesas e embora sendo oprimidas pelo simples facto de serem mulheres, não pertencem à classe dos explorados, mas dos exploradores. E ir às raízes do problema era fazer perigar os privilégios da sua classe, os seus privilégios.

Ainda, muitos dos movimentos feministas, porque não são materialistas, não analisam correctamente as origens históricas desta opressão. Assim, colocam-se no incorrecto extremo oposto defendendo que a situação é provocada por todos os homens serem sádicos e maus, e as mulheres, «coitadinhas», umas pobres vítimas indefesas.

Por isso, caem em práticas apenas ridículas e contraproducentes.

**SÓ EXISTE UMA ALTERNATIVA PROLETÁRIA PARA O PROBLEMA DA MULHER**

Depois do que dissemos facilmente se deduz, que só é possível a emancipação da mulher com a revolução socialista. Então, despidos o homem e a mulher dos vícios da posse, da competição do individualismo, será possível conseguirem um estatuto co-

ÉVORA

# À CERCA DA BOMBA NA SEDE DO PS

## COMUNICADO DO PRP

Foi descoberta, na noite de 14 para 15, num caixote de lixo, junto à sede do P. S. em Évora, uma bomba. O engenho só não deflagrou por ter sido descoberto e despoletado a tempo.

Pergunta-se: quem teria posto a bomba e porque motivo?

Em relação aos motivos, só os autores da façanha o poderão dizer. Entretanto, nós perguntamos se esta não é a paga com que os fascistas retribuem aos Zenhas, Soares e C.ª os serviços prestados pelo P. S. aquando das ofensivas contra-revolucionárias que abalaram o País e se centraram especialmente no Centro e Norte.

Desde o V Governo até ao 25 de Novembro, foi visível a aliança da política do P. S. com a direita fascista. P.P.D., C.D.S., E.L.P., M.D.L.P., etc., alinharam em uníssono por detrás das concentrações, manifestações e comícios promovidos pelo P. S. Para tais fascistas, o P. S. foi o bobo que atraiu à Corte milhares de pessoas para eles (fascistas) delas se aproveitarem. E este joga-joga durou até ao 25 de Novembro, no decurso do qual se cozinharam barricadas em Rio Maior. Agora, porém, que os fascistas já não precisam do P. S., é natural que se não limitem a atacar o P. S. por palavras, e que se queiram desfazer do bobo à bomba, se preciso for. Isto aperceber-se-á tanto melhor, ou será tanto mais fácil de admitir, quando toda a gente sabe que o P. S.

é um concorrente da direita fascista para as anunciadas eleições legislativas.

Quanto à questão de se saber quem teria colocado a bomba, a resposta torna-se ainda mais difícil. Terá sido o E. L. P./M. D. L. P.? Terá sido o C. D. S. através das suas «Brigadas Salazar»? Terá sido o P. P. D. através das suas «Brigadas Humberto Delgado»? Terá sido um «cocktail» de tudo isto? As bombas que quase diariamente são colocadas no Norte do País apontam para aí...

Mas poderemos nós estar seguros de que teria sido o «Conselho da Revolução». A bomba colocada na Rádio Renascença aponta para aí...

De qualquer modo, bomba aqui, barricada além, congresso acolá, o fascismo vai preparando terreno ao golpe sangrento tipo Pinochet. A reacção está armada, saneia à esquerda nas Forças Armadas, recruta mercenárias, avança com armas e bagagens.

Pergunta-se: O que devem fazer os revolucionários e trabalhadores para evitar o golpe fascista e acabar de vez com o capitalismo?

A resposta, no que respeita a nós, é simples: Se a reacção avança com bombas, armas e cartucheiras, os revolucionários devem estar conscientes de que só com armas, bombas e cartucheiras se lhe poderão opor e, por esse meio, evitar o massacre de centenas de milhar de portugueses. Por ou-

tro lado, a burguesia tem a sua elite militar (Forças Armadas, G. N. R., P. S. P.); isto quer dizer que só com a unidade de todos os trabalhadores, com o armamento de milhares desses trabalhadores, com a sua organização político-militar se poderá levar de vencida a reacção e o fascismo.

Por isso repetimos que a tarefa é UNIR, ORGANIZAR e ARMAR, porque «O POVO ARMADO JAMAIS SERÁ ES-MAGADO», na certeza de que «VENCE-REMOS SE TIVERMOS AS ARMAS NA MÃO».

ORGANIZAÇÃO REGIONAL DOS ALENTEJOS

ÉVORA

## A LUTA PELAS 40 HORAS SEMANAIS NOS CTT

Depois da vitória dos 5 dias semanais, conseguida com o espírito de sacrifício e a unidade da maioria dos trabalhadores, estamos agora em luta pela vitória total, as 40 horas semanais.

Neste momento estão na luta todos os trabalhadores da CCT e CCP do Alto Alentejo, considerando que as 40 horas é uma justa reivindicação para assim acabar com a exploração dos mais sacrificados.

O CA e o Governo ao terem de aceitar a vitória dos trabalhadores, tentam dividi-los pois sabem que só assim os poderão vencer.

Sabemos que alguns camaradas não se setem tão mobilizados para a conquista das 40 horas como o foram para os 5 dias de trabalho. Temos de

manter a nossa UNIDADE e reforçá-la porque muitos dos camaradas serão muito prejudicados com o aumento de trabalho diário.

Cabe aos delegados sindicais, onde eles existam e a todos os trabalhadores em geral, dizerem NÃO às manobras divisionistas do CA que tenta por todos os meios intimidar os trabalhadores, tentando lançar uns contra os outros. O Secretariado Regional apela à UNIDADE certo de que as 40 horas de trabalho útil são mais do que suficientes para mostrarmos quanto vale a força do nosso trabalho.

Temos a certeza de que o próprio CA reconhece como é ridículo trabalhar mais uns tantos minutos por dia, nas circunstâncias em que o nosso serviço se processa.

## A OPRESSÃO MULHER

# QUE ALTERNATIVA?

mum de seres com capacidade criadora e transformadora, possuidores dos mesmos direitos, morais, sociais e políticos.

Mas isto não quer dizer de modo algum, que até lá se ponha pedra no assunto e se ignore o problema. Pelo contrário o problema tem de ser posto desde já e deve-se lutar concretamente contra ele. E mais, se não se fizer assim, corre-se o risco grave de muito da revolução ser posto em causa. Porque a verdade é que há muitos militantes operários revolucionários que, no entanto, tem práticas machistas, com as mulheres com quem se relacionam e que mantêm em casa uma relação de exploração para com a mulher com quem vivem.

E há muitas mulheres de operários revolucionários que aceitam essa relação e pensam que assim é que é correcto. Que são elas também militantes revolucionárias porque enquanto os maridos vão para as reuniões para o trabalho militante, ficam em casa a lavar a roupa, a cozinhar, a tratar dos filhos.

Isto acontece porque não se pos em causa toda a sociedade burguesa, mas apenas os seus aspectos económicos e políticos. E não se compreendeu que eles não estão desligados dos morais, dos culturais. Por isso, não se compreendeu que o homem e a mulher tem os mesmos deveres e direitos, na fábrica, na rua, dentro de casa. Que não há nada de revolucionário, mas de tradicional, de burgueses, que diga que é a mulher que deve tratar da casa e dos filhos e não os dois igualmente.

**É na luta ao lado de todos os explorados contra os exploradores que a mulher se liberta**

Tal como a emancipação dos trabalhadores começa desde já e tem o seu ponto alto na revolução socialista, a emancipação da mulher tem de começar desde já e assim como a libertação daqueles é obra deles próprios, também a desta tem de ser obra dela própria. Assim, tem de ser a mulher a encontrar as suas formas de luta contra o capitalismo, exploração, que



déverá ser necessariamente a luta contra a opressão de si mesma.

É ao lado do homem, nas empresas, organizada em comissões de trabalhadores, em conselhos revolucionários, exigindo por um lado salários iguais e por outro lutando contra o capitalismo opressor que a mulher se emancipa. É também nas cooperativas agrícolas, participando na organização da cooperativa, exigindo participação igual no trabalho doméstico, para que dessa forma possa fazer trabalho igual e receber salário igual, que a mulher se emancipa.

É nas comissões de moradores

que as mulheres que não estão na produção, devem encontrar formas para se emanciparem.

Nestas comissões, as mulheres deverão ter a criatividade necessária para, a par da luta sem tréguas contra a burguesia, travarem uma luta também sem tréguas contra a sua opressão. Poderão criar infantários, estabelecer um sistema comunitário de aquisição de utensílios domésticos que lhes proporcionem uma relativa libertação. Assim, não só poderão dedicar-se mais fortemente à luta, como ainda aprenderão pela prática que são seres com capacidade de transformar a vida e as coisas.

# CAMPANHA CONTRA OS ESTRANGEIROS

A campanha contra os estrangeiros em Portugal começou com algumas declarações dos dirigentes do P. S. e do P. P. D. já antes do 25 de Novembro e agora vem a atingir o seu ponto culminante. O dr. Mário Soares por várias vezes acusou os estrangeiros revolucionários em Portugal de se emiscuirem na vida política do País e receberem ajuda dos sucessivos Governos da burguesia. Mas para os revolucionários está claro quem recebe ajuda dos Governos da burguesia e todas as facilidades para actuar no nosso país. São os mesmos que actuaram no Chile contra o avanço da luta do proletariado e que desencadearam o golpe de 11 de Setembro de 1973. Esta tentativa de comprometer os revolucionários estrangeiros que se encontram no nosso país não passa de uma manobra «a la Pinochet». É uma cópia grotesca da ideologia xenofoba da direita chilena desencadeada já antes do golpe de Estado. No Chile ontem, aqui, hoje acusam os estrangeiros de se emiscuirem na política interna do País e serem os responsáveis pelo desenvolvimento crescente das contradições de classe, isto é, o fortalecimento da esquerda revolucionária e o desmascaramento das forças contra-revolucionárias. Ontem no Chile, hoje, aqui, em Portugal os srs. dirigentes dos partidos burgueses e os militares reacçãoários deixam a C. I. A. e os agentes europeus actuarem livremente.

da Europa Ocidental que conspiram ferozmente contra a revolução do que os lutadores revolucionários estrangeiros. Esta preferência está demonstrada pela nota do Conselho de Ministros divulgada no passado dia 7 de Janeiro em que se dizia:

«A participação constante de elementos estrangeiros em todas as acções de agitação, muitos indesejáveis nos seus países de origem, levou o C. R. a decidir ordenar a elaboração de legislação tendente à rápida normalização (sic) de uma situação que a breve prazo se poderia tornar insuportável para o Povo português (sic). Fala-se no «Povo português» e nos «indesejáveis nos seus países». Assim perguntamos ao Povo português: Quem são os estrangeiros indesejáveis nos seus países (no Brasil, no Chile e na Espanha), senão os refugiados políticos que lutam pela causa revolucionária? Que normalização é esta de que tanto falam, quando por várias vezes as organizações revolucionárias denunciaram a actividade da C. I. A., dos embaixadores do Brasil e da Espanha e no nosso país, inclusive fornecendo listas dos agentes do capital internacional, publicadas em vários jornais? O que fizeram o P. S., o P. P. D. e o «C. da R.» para pôr cobro às actividades dos agentes americanos e europeus? Nada. Os embaixadores e agentes do capital internacional continuam à solta em Portugal, desenvolvendo descaradamente actividades contra o avanço das lutas do proletariado.

mo os operários dos outros países capitalistas e hoje já sabe quais são os seus interesses de classe.

Neste momento, os revolucionários e o proletariado internacional já deixaram correr o seu sangue em terra portuguesa, defendendo os mesmos interesses da classe operária portuguesa. O assassinato do camarada Gunther Bruns mostra-nos que os revolucionários estrangeiros estão com a revolução socialista, pelos interesses do proletariado e contra a burguesia que se instalou no Poder depois do 25 de Novembro. Em Custóias a repressão do Governo burguês, defendida descaradamente por Sottomayor Cardia, colocou os revolucionários dos outros países na mesma fileira que os revolucionários portugueses e não há distinção entre uns e outros, a luta é a mesma, os interesses são os mesmos. Tentar iludir o povo sobre esta questão é o mesmo, que chamar de «contra-revolucionários» aos militares presos no 25 de Novembro. Prender e expulsar os estrangeiros revolucionários tem o mesmo significado que admitir o retorno de Spínola, Caetano, etc., libertar a famigerada P. I. D. E., e permitir as actividades da C. I. A. em Portugal.

Na prisão de Setúbal e Monsanto encontram-se três revolucionários estrangeiros presos há vários meses e que haviam pedido asilo político no

nosso país. Estes camaradas, dois espanhóis e um chileno, foram presos e estão acusados de «porte de armas de guerra» e «roubo de automóveis», condenados por «delito comum» como na época do fascismo. Estes revolucionários são acusados abusivamente pelo poder burguês de «delito comum» e no entanto são refugiados políticos no nosso país e estes revolucionários estrangeiros são jogados nos calabouços sem qualquer direito a defenderem-se. E não nos estranhará que se passe o mesmo com eles como ocorre com os revolucionários presos em Custóias, Caxias, etc. Isto faz parte da escalada repressiva dos militares reacçãoários no nosso país, das manobras e «operações stops» feitas pela P. S. P. e G. N. R. nas madrugadas em Lisboa, do assassinato e da repressão que se estende a todo o Povo português. Estas acções, prisões e repressão visam a instauração de uma ditadura de direita no nosso país e cabe ao proletariado mobilizar-se o mais rapidamente possível, unir-se, organizar-se e armar-se contra a repressão e pela conquista do Poder.

**Viva o internacionalismo proletário**

**Solidariedade revolucionária com os detidos**

**Pela revolução socialista, insurreição armada**

**Não à expulsão dos revolucionários de Portugal.**

## INSEGURANÇA

### DOS REFUGIADOS

As acusações feitas pelo dr. Mário Soares e outros dirigentes políticos, está hoje oficializada pelo Conselho da Revolução e pelos Estados-Maiores militares e isto deu-se com uma condição única, o golpe reacçãoário de 25 de Novembro, pois, na semana a seguir ao golpe os estrangeiros e refugiados políticos passaram a ser ultra-controlados e intimidados pela P. S. P. Muitos refugiados políticos brasileiros, chilenos e espanhóis que se encontram no nosso país foram chamados a apresentarem-se na P. S. P. para o controlo e aí foram feitas intimidações e dados «conselhos» para se irem embora. As entregas de documentos para «estrangeiros irregulares» foram suspensas, repentinamente, e isto vem-nos demonstrar que quem se encontra hoje no Poder é a burguesia social-democrata e os militares reacçãoários. Os revolucionários estrangeiros no nosso país encontram-se ameaçados pelo avanço da direita reacçãoária e não dispõem de qualquer garantia legal, pois Portugal até hoje não firmou os acordos internacionais, a Convenção de 28 de Julho de 1951 que estabelece o direito ao asilo político. Assin sendo, estes refugiados políticos do Chile, Brasil, Espanha, não gozam de qualquer segurança, podendo ser extraditados para os seus países de origem (leia-se para as ditaduras militares) a qualquer momento em que a direita militar e os social-democratas o queiram.

O dr. Mário Soares prefere o retorno de Spínola e outros agentes do capital internacional do que a presença de estrangeiros revolucionários no nosso país. Prefere a acção descarada dos agentes da C. I. A., dos embaixadores do Brasil, Espanha e

## ALIANÇA

### COM A REACÇÃO

### INTERNACIONAL

As recentes declarações do embaixador espanhol no nosso país sr. António Poch não são consideradas como uma interferência nos assuntos internos do proletariado português, quando afirmava que a Embaixada e o Consulado foram destruídos pelos «tupamaros, brasileiros, chilenos e espanhóis». Estes senhores esquecem-se que o Povo português sabe quem são os seus amigos e quem são os seus inimigos e que está disposto a lutar nas mesmas fileiras do proletariado mundial? Esquecem que a crise de Poder atinge um ponto irreversível onde a classe operária e seus aliados avançam com novas formas de luta para a conquista do Poder? Não, os partidos burgueses e os militares reacçãoários sabem para onde se dirige a classe operária, e por isso tentam iludi-la, desviando a sua atenção para «os estrangeiros indesejáveis» que são os revolucionários aliados naturais do proletariado. Buscam iludir o proletariado, para assim colocá-lo no mesmo paredão de fuzilamento junto aos revolucionários estrangeiros que morreram no Chile e no Brasil na luta contra a ditadura da direita. Tentam criar uma ideologia xenofoba e anticomunista para mascarar a crise económica e política que assola o País, para encobrir a luta de classes com panos mornos e travar o avanço do processo. Mas estes srs. estão muito enganados; jamais conseguirão desviar os olhos do Povo português dos seus verdadeiros interesses; jamais conseguirão criar uma ideologia anti-estrangeiros, porque os nossos operários são aqui tão explorados co-

# DESOCUPAÇÃO A MÃO ARMADA POR PARTE DO SENHORIO

O poder burguês, fortalecendo a sua posição de classe a nível das F.A. e dos órgãos políticos, começa a descer das cúpulas e desencadeia as mais variadas acções para recuperar tudo aquilo que os trabalhadores conseguiram conquistar desde o 25 de Abril. Assim, assiste-se ao assalto às cooperativas, meios de informação, empresas controladas pelos trabalhadores, etc...

No dia 15 de Janeiro assistimos na estrada de Benfica no prédio n.º 350 à desocupação, por parte dos senhorios (os srs. Santos Garcia e Castanheira), de cinco habitações que tinham sido ocupadas no mês de Agosto em virtude dos donos se recusarem a alugar e estarem por habitar à mais de oito meses.

Aquando da ocupação os restantes inquilinos do prédio solidarizaram-se com estes tendo-se formado uma comissão de moradores que, depois de analisar a situação e em virtude dos vários contactos efectuados com o senhorio para elaborar o contrato de arrendamento, e perante a recusa deste, deliberou que os ocupantes depositariam desde o mês da entrada 20 por cento do ordenado do agregado fami-

liar na Caixa Geral de Depósitos, o que se vinha a efectuar até esta data.

Mas isto tinha ficado «atravessado» em quem sempre viveu da exploração; o prédio não tinha sido construído com a função de dar uma habitação condigna para quem trabalha, mas sim, mais uma peça de exploração, e então era esperar pela alteração da correlação de forças: o 25 de Novembro como golpe de direita abriu as portas para que a recuperação dos seus privilégios fosse efectuada.

Os métodos utilizados foram aqueles que a burguesia já nos habituou. Contratou 50 mercenários armados de matracas e de pistolas (uma delas calibre 6,35) e, aproveitando-se do facto dos inquilinos estarem nos empregos, arrombaram as portas, partiram o mobiliário deixando os despejos no meio da rua, dando depois o fora.

Este é um exemplo entre muitos outros; por isso, a organização e firmeza dos órgãos populares de base deve ser reforçada para um combate tenaz contra a burguesia, pelo seu derube e pela tomada do poder pelos trabalhadores.

# A ARMA

Depois de um intervalo "Revolução" volta a trazer armas... em fotografia



## Espingarda automática KALASHNIKOV

- A \_\_\_ Carregador (30 munições)
- B \_\_\_ Tapa da caixa da culatra
- C \_\_\_ Corpo da culatra e corpo do manobrador 7
- D \_\_\_ Mola recuperadora da culatra
- E e H \_\_\_ Aparelho de pontaria
- F \_\_\_ Cano de condução de gases para accionamento da culatra
- G \_\_\_ Cano
- I \_\_\_ Punho
- J \_\_\_ Estojo e aparelhos de limpeza da arma
- L \_\_\_ Coronha de madeira com bandoleira



## ABAIXO O PRÉ DE MISÉRIA

**Camaradas!**

Para fazerem de nós paus mandados subjugados aos seus pés, os oficiais reaccionários querem desmobilizar-nos das nossas lutas. Tal é o significado das ameaças de que, se continuarmos a recusar pagar os transportes, seremos castigados. Será ou não justo que, com o pré de miséria que recebemos, não paguemos transportes? É mais que justo. Por isso, devemos continuar a nossa luta. Nada de nos dividirmos. Se todos nós recusarmos, eles não nos poderão reprimir e serão obrigados a recuar.

Como é do conhecimento de todos, a G. N. R., P. S. P. e a G. F., ganham muito mais do que nós e não pagam bilhete em nenhum transporte. Eles trabalham para o estado. E nós para quem trabalhamos?

Será com 250\$00 por mes que os soldados principalmente os do Norte, poderão pagar os transportes para ir de fim-de-semana a casa?

**QUE NENHUM SOLDADO PAGUE OS 'BILHETES DE COMBÓIO! QUEREMOS AUMENTO DO PRÉ E EXIGIMOS TRANSPORTES GRATUITOS!**

**UNIDOS E ORGANIZADOS VENCEREMOS!**

Évora, 7 de Janeiro de 1976

Um grupo de soldados do R. A. L. 3

## COMISSÕES DE LUTA

Continuação da pág. 3

queles aspectos em que afecta mais directamente a classe trabalhadora: aumento dos preços e do custo de vida, redução do poder de compra e portanto dos salários dos trabalhadores, desemprego, repressão militar de manifestações, etc...

Mas, apesar de haver um balanço extremamente positivo em relação ao trabalho desenvolvido pela Comissão de Luta, há que dizer que mais pode e deve ser feito.

**Tem de se encontrar formas de ligação com outros militares na disponibilidade** (ex-páras, GDA-CI, RALIS, etc) **com militares no activo e com organizações autónomas de trabalhadores** (Comissões de Trabalhadores e de Moradores, conselhos, etc.).

Também as posições assumidas pela Comissão caem por vezes no mero «antifascismo» o

que, quanto anós, é errado na media em que uma luta antifascista, tem que estar sempre perspectivada numa luta anticapitalista, ou acaba por ser reformista.

Para além de tudo o que já foi dito em relação à comissão de luta de soldados saneados à esquerda (a do R. P. M.), resta-nos lançar um apelo aos camaradas pára-

quedistas e outros passados compulsivamente à disponibilidade para que seguindo o exemplo do R. P. M. encontrem formas de organização que podem ser ou não, C. de Luta, que lhes permitam manter os contactos entre si, e participar na luta de todos nós, trabalhadores fardados, a luta de morte dos explorados contra os exploradores.

## EDITORIAL

Continuação da pág. 16

feitas, o Poder ainda não tem as Forças Armadas reorganizadas e não tem uma policia política, tal como era a Pide. E esta, se for solta, levará uns meses a adaptar-se à nova realidade do pós-25 de Abril. Antes dessa data éramos muito poucos e arrumados em três ou quatro organizações... É este tempo que o poder, gastará a reorganizar-se que nós temos que aproveitar para nos organizarmos também. Não em manifestações folclóricas, não em comícios-feira, não em exibições partidárias. Mas na organização de uma luta eficaz contra o poder. Lutando antes de tudo contra o aumento do custo de vida, contra o desemprego, contra a repressão.

PROLETÁRIOS DE TODOS OS PAÍSES, POVOS E NAÇÕES OPRIMIDAS DO MUNDO, UNI-VOS!

# Revolução

Composição e impressão: Renascença Gráfica, Distribuição: DIG — Rua das Chagas, 2 — Lisboa

AVENÇA

## EDITORIAL

O Poder acabou de dar um passo que é um salto: a prisão de Otelo Saraiva de Carvalho. Otelo foi o «cérebro» do 25 de Abril e como tal é conhecido dentro e fora do País. Foi o comandante do COPCON ao qual ficaram ligadas progressivas acções de aliança entre os militares e os trabalhadores. Foi, sejam quais forem as razões, um símbolo do processo revolucionário militar. Ao ousar prender este homem o poder sabe que entra num processo de fascistização, que não procura sequer disfarçar e que lhe trará consequências irremediáveis ao nível das relações com o Terceiro Mundo e com os Países do Pacto de Varsóvia. Serão baldadas portanto as viagens diplomáticas aos países árabes, aos países de leste.

O poder assumiu este passo com todas as consequências. Não nos enganemos nós pois. Os trabalhadores e os revolucionários têm de compreender o que é que constitui a prisão de Otelo. E será estreita e pequeno-burguesa a mentalidade que neste momento puser a lembrança das contradições e das hesitações de Otelo à frente duma tarefa que neste momento é fundamental: um grande protesto contra a sua prisão. E também para experimentar a reacção que o poder o faz — não podem os trabalhadores e os revolucionários comportar-se como se de cobardes se tratassem pois isso permitirá que eles avancem mais e mais.

Foi entre outras coisas para efectuar esta prisão que o «relatório Preliminar do 25 de Novembro» foi elaborado pelo poder. Este relatório pouco fala do 25 de Novembro; fala sobretudo de tudo o que se passou antes do 25 de Novembro. Quanto ao alibi inventado para justificar a existência de um golpe de esquerda o relatório não tem ponta por onde se lhe pegue. Chega a cometer a asneira de dizer que a esquerda não tinha nem «chefes» nem «comando militar único»; e a quem procurarão demonstrar que a esquerda é tão estúpida que faz um golpe sem chefes e sem comando? Como se a esquerda não tivesse chefes e comando, se quisesse!

Mas não é com essas ninharias do 25 de Novembro que o Relatório se prendel... Ele é uma peça política do julgamento fascista que há-de ser feito ao processo revolucionário desde o 25 de Abril. Por isso relata toda a actividade das unidades militares e das organizações revolucionárias e chega mesmo a escrever com todas as letras a recriminação à aliança POVO-MFA. Tudo quanto foi revolucionário é condenado neste relatório. É a perspectiva da burguesia, do capitalismo. Podia muito bem ser assinado por Spínola. E de facto é o MDLP que está actualmente no poder, só não estando de pleno nome, porque necessita de tempo para ganhar organização. De resto há uns empecilhos da direita no poder, que não entraram claramente no fascismo. E a esses que o Relatório se refere quando diz que só poderá ir até ao fim, «quando libertos do poder ou das responsabilidades muitos dos que, ao longo daquele período (os meses que precederam o 25 de Novembro) nele ocuparam funções ou cargos». E, enfim, o julgamento do 25 de Abril, a vingança dos fascistas, dos caetanistas, daqueles a quem os trabalhadores tiraram prédios e latifúndios.

No meio disto perguntamos: Que é feito dos «nove»? Que é feito da democracia e da liberdade que apregoavam? Não foi para e por eles que o

25 de Novembro foi feito? Não foram eles os políticos do 25 de Novembro? Não foram Melo Antunes, Vasco Lourenço que vieram explicar à Televisão o que é que se passava? E agora assistem calmamente e no poder ao funeral da democracia e da liberdade parlamentar à europeia ou à Suécia? E mais perguntamos: Onde estão os ex-MES, onde está o GIS? Eles, que se apressaram a procurar espaço político a seguir ao 25 de Novembro, proclamando o seu programa. Eles, que foram inspiradores teóricos e tecnocráticos dos «nove». Que é feito deles, onde estão agora? Será que, não compreenderam que foram um suporte do 25 de Novembro, logo do fascismo? Será que eles também não perce-

beram a situação económica, as leis da economia? Ou será que as razões de classe são mais fortes que tudo? O processo revolucionário que se seguiu ao 25 de Abril foi realmente a grande peneira que separou aqueles que estão dispostos a ir até ao fim com os explorados e aqueles que vão só até ao ponto em que sentem que vão perder privilégios, sejam eles de dinheiro, sejam de poder, sejam de casta. Por isso também o Partido Socialista se põe hoje definitivamente do lado fascista. Para não perder as eleições, para sobreviver.

Mas repetimos a análise que temos feito: mau grado as acções fascistas que todos os dias são

Continua na pág. 15



## Revolução

### A PM NÃO CONSEGUE MERCENÁRIOS

A PM tem tentado reconstruir os seus efectivos através do recrutamento de mercenários. Aqui, tal como nos comandos, o ordenado atribuído foi de 5000\$00. Assim esperam constituir um exército de profissionais que substitua o exército do passado formado em grande parte pelo recrutamento de todos os jovens de vinte anos. Para a direita estes constituem sempre um perigo, visto que transportam para o quartel a política e os interesses de classe de cá de fora.

Mas apesar de bom ordenado e do desemprego que existe, a PM parece que só conseguiu cem homens. Não são fáceis de encontrar os mercenários.

### «ESQUERDISTAS» NOS RECRUTAS DA GNR

Há tempos via-se grande propaganda para o recrutamento da GNR's. Na televisão o GNR aparecia como super-homem, velador pela ordem. E abriram-se as portas. Eis senão quando os recrutamentos são congelados. Razão verdadeira para o congelamento: entre os recrutados encontravam-se muitos homens que foram considerados «esquerdistas». Aqui está uma marca do processo que se seguiu ao 25 de Abril; só matando muita gente a direita poderá acabar com esta doença — a consciência generalizada de que a defesa dos interesses dos explorados não podem ficar apenas na mão de meia dúzia de políticos. Em todo o lado encontramos essa consciência.

### SEGUNDA REUNIÃO DE AGRÁRIOS NO ALGARVE

O primeiro plenário de agrários do Algarve foi em Loulé. Agora está planeado outro para Tavira, ainda no mês de Janeiro. Este plenário faz parte do plano reaccionário de organização e coordenação dos agrários reaccionários de todo o país, o qual tem representantes de todas as regiões em que os organizadores dividiram o país. Por trás desta organização, um partido do capital, ligado directamente aos interesses dos EUA — o PPD.

### GOVERNO MAIA NÃO É IGUAL A SALGUEIRO MAIA

Os assaltos e buscas às cooperativas da zona de Alcoentre efectuados depois do 25 de Novembro não foram feitos pelo capitão Salgueiro Maia mas sim pelo capitão Governo Maia. O facto dos assaltos serem feitos pela Escola Prática de Cavalaria de Santarém e de aparecer a notícia dizendo que tinham sido comandados pelo capitão Maia, levou a que a maior parte das pessoas atribuisse a acção a Salgueiro Maia, figura conhecida daquele quartel. Afinal não era dele que se tratava, mas sim de Governo Maia. E ao que parece os dois têm opiniões diferentes a respeito das cooperativas e do direito à terra.